



Resenha *MIGRAÇÕES NA ATUALIDADE* – Ano 20 – nº 76 – setembro 2009

Centro Scalabriniano de Estudos Migratórios – www.csem.org.br

Entre assimilação e integração

EDITORIAL	2
ITALIANO	3
Allarme integrazione extracomunitari.....	3
I Sikh in Italia. Integrazione, problemi, soluzioni	4
Francia, le musulmane nelle scuole cattoliche per indossare il velo	4
GB: in alcune piscine il "burkini" è obbligatorio.....	5
Burkini, le donne Pd: «Ormai indigna più coprirsi che scoprirsi»	6
Il burkini: “mania igienista” o razzismo?.....	7
“Burkini sì o no? Un’ipotesi...”	8
PORTUGUÊS	9
Europa investiga como melhorar a integração de estrangeiros.....	9
Integração divide brasileiros na Alemanha	10
Imigrantes idosos formam grupo isolado da cultura americana	11
Portugal: Governo satisfeito com integração dos imigrantes	12
Estudo da UE diz que 44% dos brasileiros em Portugal já sofreu discriminação.....	13
Um site para ajudar imigrantes a se integrar na Suíça.....	14
Jornalista muçulmana punida por usar calças deixa a prisão no Sudão.....	15
ENGLISH	15
The Changing Face of Immigration to America.....	15
Muslim Americans Still Struggling for Acceptance	16
We need policies for integrating Europe's immigrants	18
South Africa: Report shows women migrants continue to live in fear	18
Asia: Religious freedom, an instrument for progress and stability	20
EU: Integration Policies Should Respect Rights.....	21
Netherlands: Discrimination in the Name of Integration	22
ESPAÑOL	23
La compleja integración en un mundo global.....	23
Más de un tercio de los inmigrantes en Chile se siente discriminado	25
Rechazan escuelas a menores migrantes	25
España no 'engancha' a los hijos de inmigrantes.....	26
Los japoneses latinos se sienten discriminados.....	27
Más jóvenes marroquíes, rompen con los dictados tradicionales de su país	28
El desafío de la integración de los inmigrantes musulmanes	30

EDITORIAL

As políticas públicas sobre migrações internacionais costumam ser divididas em *políticas imigratórias* - que visam regulamentar e controlar os fluxos de entrada e saída de estrangeiros - e em *políticas para os imigrantes* - que vertem sobre a questão da integração ou incorporação dos imigrantes residentes no território.

Nos últimos anos há uma tendência generalizada em priorizar as primeiras em detrimento das segundas, ou melhor, em utilizar as segundas a serviço das primeiras. De fato, as políticas que objetivam promover a inserção cidadã dos imigrantes no território podem ser um fator de atração ou repulsão da chegada de imigrantes. Nessa ótica, um determinado país que tenha interesse em reduzir a pressão imigratória, além de investir no controle das fronteiras e em políticas de combate à imigração irregular, tende a priorizar também políticas integrativas pouco atrativas para determinados grupos de imigrantes.

É nesta ótica que, em nossa opinião, devem ser interpretados os recentes debates, sobretudo em alguns países da União Europeia, sobre a utilização de imagens sagradas nas escolas ou do “burquini” – roupa de banho que cobre o corpo todo, típica das mulheres muçulmanas, em piscinas públicas. Oficialmente, aponta-se a necessidade de preservar a laicidade, ou talvez o laicismo do Estado, e, no caso do “burquini”, de cuidar de questões higiênicas.

O *punctum saliens*, no entanto, nos parece outro. Atrás dessas argumentações oficiais cuidadosamente embasadas em valores e direitos, esconde-se a séria e desafiadora questão da construção de uma sociedade plural e, junto a esta, o espinhoso caminho da integração em contexto migratório. O problema é grave sobretudo naqueles países que, mesmo precisando da presença de imigrantes, não estão dispostos a outorgar-lhes a plena cidadania.

Como nos lembra Zygmunt Bauman, diante do desafio da alteridade, o caminho geralmente trilhado pela modernidade ocidental foi o da “antropofagia” ou da “antropoemia”: o diferente é *digerido e assimilado* e, portanto, privado de sua alteridade ou é *vomitado*, ou seja, excluído, expulso ou aniquilado (cf. *Comunidade: a busca por segurança no mundo atual*. Zahar: 2003, p. 93-94).

Nessa perspectiva, as políticas supracitadas, antes que políticas de “integração”, podem ser tachadas de políticas de “desintegração”, pois colocam no estrangeiro um dilema cruel: permanecer no país de chegada “desintegrando” a própria cultura ou, então, regressar à terra de origem colocando em sérios riscos a própria sobrevivência. Na realidade existe também uma terceira opção, talvez a preferida pelos segmentos mais reticentes à presença de estrangeiros: fazer com que os imigrantes permaneçam no país de chegada temporariamente, apenas no prazo do contrato de trabalho. Dessa forma, garante-se o suporte à economia e evitam-se os problemas da integração. Será que não é essa a finalidade de determinadas políticas de (des)integração?

Não acreditamos que haja fáceis soluções a estes desafios. O aumento expressivo de imigrantes em determinadas regiões pode, sim, provocar transformações profundas e, com elas, conflitos sociais. Seria ingênuo e desonesto desconsiderar essa possibilidade.

No entanto, a questão a ser resolvida é outra: até que ponto essas políticas de (des)integração ajudam na prevenção dos conflitos sociais? Até que ponto a imposição rígida de regras, que parecem criadas e direcionadas especificamente a determinados grupos de imigrantes, contribuem para a convivência pacífica e respeitosa?

Na realidade, o endurecimento intransigente das políticas sobre imigração corre o risco de assumir conotações de uma verdadeira cruzada ou, pelo menos, é desta maneira que pode ser

interpretado pelos imigrantes. Cria-se, desta forma, um clima de hostilidade que, antes que inibir ou solucionar alimenta os conflitos sociais.

O canadense Paul Weller sustenta que os migrantes são portadores de um capital social que pode ser benéfico ou prejudicial para os países de chegada. Isso depende sim das características das culturas e das religiões dos migrantes, “*but also on how they are accommodated, excluded, or partnered by the states and societies of which they continue to form a numerically substantial as well as socially and politically important part*” (cf. Religions and Social Capital. *JIMI/RIMI*, v. 6, n. 2 (2005) p. 286).

ITALIANO

Allarme integrazione extracomunitari

Allarme integrazione. La ricerca promossa dalla Camera di Commercio di Milano.

Dal Laboratorio Euro-Mediterraneo, nato nel 1999 su iniziativa della camera di commercio di Milano, emergono dati preoccupanti riguardo la chiusura dei milanesi rispetto agli extracomunitari. Ecco un sunto dei principali punti: sul tema del diritto di voto agli extracomunitari regolari da più di dieci anni in Italia, Milano ribalta i dati dello scorso anno: Nel 2006 erano contrari il 40,2% oggi il 70,3. Il 62,3% pensa che sia necessario un maggior controllo per favorire l'immigrazione. Una soluzione che conferma la tendenza dello scorso anno quando a proporla fu il 53,1% degli intervistati.

I contrari a qualsiasi forma di integrazione, erano il 5,7% nel 2006, diventano il 14,2% nel 2007. Il 58,2% dei milanesi ritiene di non aver cambiato il proprio atteggiamento verso gli immigrati, ma rispetto allo scorso anno aumentano coloro che diffidano di più (35,1%) e non sono favorevoli all'apertura di una nuova moschea (dal 42,1% del 2006 al 64,4% del 2007). Il 46,4% sceglie la tolleranza verso tutti i simboli religiosi (lo scorso anno era il 65,7%); calano anche i favorevoli alle coppie miste dal 60% del 2006 al 43,9% del 2007. L'effetto terrorismo fa calare la percezione di sicurezza: il 65,3% degli intervistati si sente meno sicuro nei luoghi pubblici affollati (stazioni, metropolitane e centri commerciali): lo scorso anno aveva dato la stessa risposta il 50,6%. Paura di legami tra criminalità e comunità di origine

araba, riguardanti principalmente azioni terroristiche sul territorio (29,3%) e l'aumento della microdelinquenza nelle città (17,6%).

La soluzione per una Milano spaventata pare essere costituita soltanto da un maggiore controllo sui cittadini extracomunitari, infatti il 62,3 dei milanesi pensa che siano gli extracomunitari a doversi soprattutto adeguare alle nostre usanze. Solo il 26,3% afferma di avere conoscenze o amicizie provenienti dai Paesi Arabi del Mediterraneo, legate soprattutto al lavoro (39,7%). In calo chi dichiara di frequentare locali gestiti da cittadini arabi: erano il 45,7% nel 2006, oggi sono il 29,7%: vanno al ristorante (25%), in pizzeria (19,4%) o comprano agli alimentari (17,6%) soprattutto perché amanti del cibo straniero (26,5%) e per risparmiare (12,7%) anche se un milanese su dodici frequenta locali gestiti da arabi per conoscerne meglio la cultura (8,8%).

Il quadro che risulta dalla ricerca delinea un'immagine di chiusura. In occasione della Terza giornata internazionale per i diritti degli immigrati il Comitato immigrati Milano lancia un allarme: “Un cattivo servizio al telegiornale può fare più danni di una pessima legge sull'immigrazione”. Carlo Osta.

Fonte:
http://www.milanofree.it/milano/stranieri/allarme_integrazione_extracomunitari.html 07.2009

I Sikh in Italia. Integrazione, problemi, soluzioni

di Marco Restelli

La notizia: il Tribunale di Cremona ha assolto un indiano di religione sikh che era stato fermato al supermercato perché portava un kirpan, un piccolo coltello che è fra i tradizionali segni distintivi di appartenenza religiosa al Khalsa, la comunità "ortodossa" del mondo sikh. Il sikh non aveva il porto d'armi. Il magistrato ha giudicato che consentire al sikh di portare il kirpan permettesse all'indiano «di professare liberamente la propria fede».

Le reazioni politiche: La Lega Nord ha duramente contestato il magistrato del Tribunale di Cremona parlando di «sentenza choc». Il quotidiano della Lega, la Padania, ha intitolato un articolo in prima pagina «Che giustizia disarmante»; la vicepresidente leghista del Senato Rosy Mauro ha parlato di «due pesi e due misure» rispetto alla possibilità concessa ai cittadini di portare coltelli; il parlamentare leghista Alberto Torazzi ha annunciato un'interrogazione alla Camera su questo caso, definendo "politica" la sentenza del giudice.

Il mio commento: il kirpan è un simbolo religioso, non un'arma. Portare il kirpan è un dovere sancito dal decimo Guru dei sikh, Govind Singh, nel 1699, e ciò rientra nelle "regole delle 5 K", cinque prescrizioni date dal decimo Guru ai seguaci della comunità Sikh Khalsa (l'ortodossia sikh, che raccoglie i "puri", i "battezzati") per definirne l'aspetto marziale e il codice etico.

La più nota delle "5 K" è quella dei kesh, il divieto di tagliare barba e capelli, che i sikh del Khalsa tengono quindi raccolti sotto il turbante, il che conferisce loro il peculiare aspetto per cui sono noti. Molti di loro portano fra l'altro proprio sotto il turbante

un piccolo kirpan. Che non viene certo usato come arma. A mio avviso, la decisione del magistrato di Cremona è dunque ineccepibile.

I sikh in Italia: la provincia di Cremona è, da una decina d'anni, uno degli epicentri dell'immigrazione sikh in Italia. I sikh vengono impiegati in lavori agricoli e zootecnici, con buona soddisfazione della popolazione italiana e un tasso soddisfacente di integrazione sociale ed economica. Un'analisi sull'immigrazione sikh nel cremonese e in altre zone d'Italia si può trovare nel volume di autori vari a cura di D. Denti, M. Ferrari e F. Perocco *I SIKH. STORIA E IMMIGRAZIONE*, pubblicato dall'editore Franco Angeli nel 2005 e in seguito divenuto testo d'esame per l'esame di Sociologia delle Migrazioni all'Università di Venezia. Il volume contiene, fra gli altri, un mio saggio sulla definizione dell'identità sikh e le diverse "anime" del sikhismo in India.

Proposta per il futuro: per evitare il ripetersi di incomprensioni culturali come quella avvenuta in seguito alla sentenza di Cremona, basterebbe guardare all'estero, cioè a quei Paesi europei che nel recente passato hanno già affrontato simili questioni. In particolare in Gran Bretagna, dove la comunità sikh è numerosa (e presente anche nei corpi di Polizia), questioni come la libera circolazione con il kirpan, o quella dell'uso del turbante al posto del casco per motociclisti, sono state da tempo risolte. Un'occhiata a chi ha già risolto questi problemi non sarebbe inutile.

Fonte: <http://milleorienti.wordpress.com/2009/03/05/i-sikh-in-italia-integrazione-problemi-soluzioni/> 05.03.2009

Francia, le musulmane nelle scuole cattoliche per indossare il velo

Migliaia i giovani di fede islamica che frequentano istituti cattolici per aggirare la legge sulla laicità. Ampio reportage sul NEW YORK TIMES.

MARSIGLIA (Francia) – Frequentare una scuola cattolica per indossare il velo islamico. In Francia sono ormai decine di migliaia le ragazze musulmane che studiano in istituti cattolici privati per aggirare la legge sulla laicità dello Stato che vieta di ostentare simboli religiosi nelle scuole pubbliche francesi. Il New York Times dedica un ampio reportage a questo crescente fenomeno e sottolinea che le giovani musulmane scelgono gli istituti cattolici

proprio perché qui sono tollerati tutti i simboli religiosi, anche quelli appartenenti a religioni diverse da quella cattolica romana.

CIFRE - La maggior parte degli studenti, in alcuni istituti privati cattolici, è di religione musulmana. Addirittura nel collegio di St. Mauront, a Marsiglia, la presenza di alunni di fede islamica raggiunge la percentuale record dell'80%. Gli istituti musulmani in

Francia sono solo quattro e per questo le 8.847 scuole cattoliche sono diventate l'ultimo rifugio per quei tanti musulmani che considerano la legge sulla laicità dello Stato qualcosa di ingiusto e liberticida. Secondo le statistiche diffuse dagli insegnanti francesi oggi le scuole cattoliche transalpine sono frequentate da circa due milioni di ragazzi: oltre il 10% degli studenti sono di religione musulmana.

TOLLERANZA - Gli alunni di origine musulmana che frequentano la scuola cattolica di St. Mauront si dichiarano felici di non studiare in un istituto pubblico: «Qui almeno c'è rispetto per la nostra religione» taglia corto Nadia, studentessa di 14 anni di origine algerina. «Nelle scuole pubbliche non potrei mai indossare il velo». Anche gli esponenti del mondo religioso musulmano fanno notare le contraddizioni insite nella scuola francese. «La laicità è diventata la religione di Stato e la scuola repubblicana il suo tempio» afferma Imam Soheib Bencheikh, ex Gran Mufti di Marsiglia e oggi fondatore dell'Istituto di Alti Studi Islamici. «È ironico, ma oggi la Chiesa Cattolica è molto più tollerante dello Stato francese quando si parla di Islam» conclude Bencheikh che ha una figlia che frequenta una scuola cattolica. Gli istituti cattolici in Francia hanno un costo relativamente basso rispetto ai collegi privati delle altre nazioni: in media i genitori spendono 1400 euro per le scuole medie inferiori e 1800 euro per quelle superiori.

LIBERTÀ RELIGIOSA - Jean Chamoux, direttore dell'istituto di St. Mauront, lavora in questa scuola da circa 20 anni: «A differenza della scuola pubblica noi crediamo nella libertà religiosa» afferma il preside. «Se proibissi alle ragazze di portare il velo, la metà

degli studenti che oggi sono in queste classi non andrebbe a scuola. Preferisco averli qui, parlare con loro e spiegare che esse sono ragazze fortunate perché possono scegliere». Naturalmente anche nel collegio di St. Mauront non regna sempre l'armonia. È lo stesso preside Chamoux a confessare che probabilmente una minoranza delle studentesse è costretta dai genitori a portare il velo. Inoltre quando vi sono le lezioni di nuoto, tanti familiari fanno rimanere a casa le proprie figlie per evitare che mostrino parti del corpo o che nuotino in piscina con dei ragazzi. Infine Chamoux sottolinea che anche le libertà religiose hanno un limite: quando gli studenti musulmani gli hanno chiesto di togliere dalla classe il crocifisso per poter pregare «liberamente» durante i giorni del Ramadan, egli non ha voluto sentire ragioni e non ha mosso dalla parete il simbolo cristiano.

CRITICHE – Le considerazioni dei fautori del secolarismo sono totalmente diverse da quelle del preside Chamoux. Secondo costoro bisognerebbe rafforzare ulteriormente lo spirito laico dello Stato affinché alcuni dei valori occidentali quali il rispetto della donna e le libertà personali continuino ad essere principi inviolabili: «Il velo è un simbolo sessista e attesta la sottomissione della donna all'uomo» afferma Xavier Darcos, ministro dell'educazione francese. «Nella nostra scuola repubblicana non vi può essere posto per la discriminazione sessuale». Francesco Tortora

Fonte:
http://www.corriere.it/cronache/08_settembre_30/donne_musulmane_franzia_tortora_046a27f6-8f0a-11dd-8a6d-00144f02aabc.shtml 30.07.2008

GB: in alcune piscine il "burkini" è obbligatorio

LONDRA - Mentre in Francia una donna è stata allontanata da una piscina perché indossava il cosiddetto "burkini", costume da bagno 'casto' disegnato per le donne musulmane, in Gran Bretagna ci sono piscine dove l'indumento che copre il corpo femminile dalla testa ai piedi è obbligatorio.

La nuova regola di abbigliamento è stata introdotta in una piscina di Croydon dall'amministrazione locale per gli orari riservati ai musulmani, quando le donne nuotano separate dagli uomini. E' limitata al sabato e alla domenica e stabilisce che, durante le ore speciali per musulmani, i costumi degli uomini

devono coprire il corpo dall'ombelico fino al ginocchio mentre quelli delle donne dal collo alle caviglie. Un regolamento esteso anche a tutti gli altri nuotatori almeno per gli orari riservati ai musulmani.

"Alcuni gruppi religiosi, come i musulmani, hanno regole molto rigide sullo sport. Per questo, in seguito alle richieste della comunità locale, abbiamo avviato queste sessioni speciali", ha raccontato un portavoce dell'amministrazione comunale di Croydon.

La decisione ha, però, provocato le proteste di alcuni cittadini che hanno giudicato la nuova regola

"assurda". Anche altre piscine hanno seguito l'esempio di Croydon e alcuni cittadini hanno raccontato di essere stati allontanati da un centro sportivo di Hackney durante le sessioni di nuoto per musulmani.

"Questa non è integrazione. Non credo che un'autorità locale possa imporre di indossare un costume invece che un altro per il piacere di qualcuno - ha commentato il deputato laburista Ian

Cawsey. "Sfortunatamente tutto questo ha un impatto negativo sulle relazioni tra comunità diverse", ha aggiunto la deputata laburista Anne Cryer. SDA-ATS

Fonte: http://www.swissinfo.ch/ita/rubriche/notizie_d_agenzia/mondo_brevi/GB_in_alcune_piscine_il_burkini_e_obbligatorio.html?siteSect=143&sid=11087778&cKey=1250519478000&ty=ti&positionT=1 17.08.2009

Burkini, le donne Pd: «Ormai indigna più coprirsi che scoprirsi»

Islamica cacciata dalla piscina di Verona. La Lega dice ancora no, il Veneto si divide

VERONA — Il «caso burkini» dilaga. E puntualmente arriva la prima ordinanza di un sindaco. A battere tutti sul tempo, stavolta, è stato primo cittadino di Varallo Sesia, in provincia di Vercelli, il leghista Gianluca Buonanno, che è anche parlamentare del Carroccio. Varallo ha fissato una multa (500 euro) per chiunque indosserà il burkini nelle piscine ma anche nei fiumi e nei torrenti del territorio comunale. E il motivo del provvedimento sembra preso direttamente dalle cronache veronesi, visto che si parla del turbamento che il burkini potrebbe creare fra i più piccini (motivazione identica a quella usata pochi giorni fa alle piscine Santini, di Verona). C'è la possibilità che un'ordinanza del genere possa essere adottata anche dalle nostre parti? «Da noi no, non ce n'è bisogno - spiega il sindaco di Verona Flavio Tosi - perché sarà più che sufficiente fare rispettare il regolamento esistente». Anche il deputato leghista Alessandro Montagnoli (sindaco di Oppeano, nel Veronese) non ricorrerebbe ad un divieto: «E' questione di buon senso - dice - e mentre non avevo avuto dubbi, tempo fa, nel vietare il burka, perché la gente deve andare a viso scoperto ed essere riconoscibile, in questo caso preferirei tentare di convincere la signora ad adeguarsi ai nostri usi e costumi».

La dichiarazione di Tosi al nostro giornale di mercoledì ha intanto provocato una replica polemica di Daniela Sbröllini, deputata del Pd, secondo la quale «nel giorno in cui la Banca d'Italia conferma l'apporto importante che l'immigrazione dà all'economia del nostro Paese, sgomenta leggere che un sindaco si rivolge alle donne immigrate dicendo "vadano a fare il bagno a casa loro"». Rincarà la coordinatrice delle donne Pd del Veneto, Tiziana Agostini: «Nell'Italia scollacciata di oggi ci si indigna di più per una donna che si copre che per

una che (s)vende il suo corpo». E ancora: «Noi donne, per prime, dovremmo aprire una riflessione su questo e il senso di pudore delle donne dell'Islam può insegnarci a recuperare valori che nella nostra società spesso appaiono perduti. Ricordo inoltre a certi amministratori - conclude - che in una società liberale deve essere tutelata sia la libertà di scoprirsi che quella di coprirsi».

Sull'ordinanza del sindaco leghista piemontese interviene anche il consigliere regionale del Pd, Andrea Causin che lancia «un appello ai sindaci veneti, di ogni colore politico, affinché evitino sciocche emulazioni». «Già da assessore regionale - ricorda invece il sottosegretario al Welfare, la leghista Francesca Martini - mi ero battuta per intensificare i controlli igienici nelle piscine. Nel caso della donna di Verona mi sembra che si debba riflettere sulle condizioni di discriminazione in cui versano le donne islamiche». Innumerevoli i commenti dei lettori sul sito del Corriere del Veneto. Eccone alcuni: «Secondo me bisognerebbe ricorrere al Tar, perché non esiste legge che vieti di fare il bagno vestiti». «E' strano sentir definire culture diverse le imposizioni fanatico-islamiche sul vestiario femminile. E' pur vero che ci siamo passati anche noi con i primi costumi da bagno ma, accidenti, perché dobbiamo tornare indietro e stare zitti?». «Una cosa è consentire trattamento tra i cittadini, una cosa difendere questo apartheid di abiti». «Leggo tra i commenti appelli all'uguaglianza tra i sessi. Ma io mi chiedo: siamo così sicure che il tanga sia meno umiliante del burkini?». Lillo Aldegheri

Fonte: <http://corrieredelveneto.corriere.it/veneto/notizie/politica/2009/20-agosto-2009/burkini-donne-pd-ormai-indigna-piu-coprirsi-che-scoprirsi-1601683866070.shtml?fr=correlati> 20.08.2009

Il burkini: “mania igienista” o razzismo?

di Irene Aminah Ricotta

Da quando il direttore di una piscina in Francia ha vietato ad una musulmana francese di indossare il burkini, la versione islamica del costume da bagno femminile, è stato un proliferare di polemiche di varia natura.

C'è chi dice che il direttore della piscina fosse preoccupato di preservarne le condizioni igieniche perché non si può indossare per entrare in acqua lo stesso indumento con cui si è usciti da casa. C'è chi difende il nostro diritto di frequentare le piscine pubbliche.

Altrettanto ridicole le iniziative dei ferventi e indefessi sindaci epigoni dello scrupoloso direttore francese.

Il pretesto igienico-sanitario è ridicolo, e per coloro che sono avvezzi alle abitudini delle donne musulmane sanno benissimo che nessuna donna musulmana che porta regolarmente l'hijab uscirebbe mai con un indumento che utilizza per fare il bagno a mare o in piscina tanto più che il tessuto com'è noto non favorisce la traspirazione della pelle come invece il cotone e il lino. E qui, a proposito della traspirazione della pelle, veniamo alle questioni igienico-sanitarie. Sanno in molti che le piscine sono considerate tra i luoghi privilegiati per contrarre infezioni micotiche note ai profani della medicina come funghi della pelle, piede d'atleta e svariate altre forme di micosi. Queste infezioni che possono trovarsi in diverse zone del corpo con dei costumi come il burkini avrebbero meno possibilità di essere trasmessi nelle piscine proprio perché esso fornisce una copertura integrale del corpo.

Inoltre nelle piscine sarebbe consigliato indossare anche delle scarpette in plastica proprio per evitare di contrarre le summenzionate infezioni, cosa che da anni non si fa più. Per di più chi avesse familiarità con le abitudini igienico-sanitarie dei musulmani praticanti saprebbe benissimo che l'igiene è fondamentale per effettuare la preghiera e quindi è necessario lavare le zone più esposte del corpo, e per i più scrupolosi le parti intime e i denti, almeno 5 volte al giorno. Quindi in materia igienico-sanitaria credo che non ci si possa attribuire superficialità o incuria. La stessa cura per la pulizia le donne musulmane la dedicano agli indumenti e alla casa.

Se il problema non è sanitario allora è un problema di razzismo

Perché non si spiegherebbero i provvedimenti dei sindaci leghisti che imporrebbero alle donne che

violano il divieto di indossare il burkini la multa di 500 euro senza considerare il fatto che magari queste donne potrebbero uscire da casa con degli indumenti e cambiarli, dato che dovrebbero tornare a casa con degli indumenti asciutti quantomeno.

Mi chiedo come mai gli ubriaconi e i tossicodipendenti che lasciano bottiglie rotte e siringhe per strada con oltre il rischio igienico anche quello di procurare danni fisici o sanitari permanenti non vengano multati con la stessa scrupolosità.

Se in un parco si trovasse siringhe infette con il virus HIV e qualcuno contraesse l'AIDS a causa anche dei mancati provvedimenti dei tanti zelanti sindaci leghisti contro questi procuratori di morte quanti danni si dovrebbero chiedere all'incuria delle amministrazioni comunali?

La più ridicola iniziativa è certo quella del sindaco che multerebbe le donne che vogliono indossare il burkini per nuotare anche in mare o nei fiumi per le stesse ragioni igieniche e con l'aggravante che i bambini si spaventano, come se chi andasse a mare non uscisse con il costume già da casa.

Allora appare sempre più evidente che ai difensori delle donne musulmane, in realtà non interessa affatto la libertà o l'integrazione di queste donne ma la loro definitiva scomparsa.

Ma bisogna notare che esistono due Italie, quella del Nord leghista e razzista e quella del Sud incline all'accoglienza. A Punta Secca, in provincia di Ragusa, nella spiaggia di “Montalbano”, mia sorella indossava non il burkini, ma il suo abbigliamento in cotone con il velo sistemato a mo' di turbante

Dopo qualche giorno le donne della spiaggia andavano in spiaggia con dei copricostume simili a caftani lunghi e le chiedevano di insegnare loro come mettere il turbante, in tal modo le donne e le mamme in spiaggia non la facevano sentire “diversa”. E naturalmente i bambini non avevano paura ma giocavano tranquillamente con i suoi bambini.

Per coloro che avessero studiato qualche manuale o qualche nozione di psicologia anche da Gioia o Donna Moderna, non è una novità il fatto che le paure dei bambini sono le stesse paure dei genitori e che la prima scuola di vita è la famiglia.

Se in Sicilia le donne hanno accolto mia sorella e i bambini con tanta simpatia e cercavano di mettere il turbante come lei per non farla sentire diversa hanno

insegnato ai loro figli che qualche piccolo gesto ci rende tutti fratelli nell'umanità e un pezzo di stoffa in testa non ti cambia il cervello ma solo il guscio esterno.

Noi non chiediamo che le donne in spiaggia si vestano come noi, ma solo di poter nuotare con i nostri costumi. Purtroppo la paura del diverso

prevale sulla buona educazione e sul senso di giustizia e non tutte le donne sono così meravigliose come le donne della "Spiaggia di Montalbano".

Fonte: <http://www.islam-online.it/2009/08/il-burkini-%E2%80%9Cmania-igienista%E2%80%9D-o-razzismo/> 22.08.2009

“Burkini sì o no? Un'ipotesi...”

Maria Rosa PANTÉ

Premesse due cose: che parlare di burkini non è un pettegolezzo, ma è parlare di modelli di convivenza fra culture diverse; che, da persona e da donna, ritengo ogni forma di restrizione alla libertà femminile (a tutte le libertà invero) una grave violazione dei diritti elementari della persona,

mi permetto di proporre a chi legge un esperimento. Mettiamoci per un attimo nei panni di un altro, l'esercizio sarà più facile per una donna, ma è possibile per tutti.

Ecco, per un attimo tutti noi siamo una signora musulmana che vuole andare al fiume, in piscina come è suo diritto e come fanno coloro cui piace, nel caldo dell'estate, farsi un bagno ristoratore. Magari la signora è anche una brava nuotatrice.

Ci sono la sua amica italiana e quella anche lei musulmana, ma di un'altra tradizione, un altro gruppo religioso, con un marito o una famiglia meno tradizionalisti. Loro due vanno in costume: quello che solo da qualche decina d'anni è per noi un costume "normale" (non parlo dei mini mini e di altre stramberie, tutte lecite naturalmente!).

Dunque questa nostra amica che, sino ad ora, ha dovuto rinunciare al piacere della nuotata crede di aver trovato una soluzione: un costume che la ricopre tutta, però un costume a tutti gli effetti. "Fatto di poliestere il Burkini ha, infatti, tutte le caratteristiche tipiche del costume da bagno: leggero, aderente, facile da asciugare. È, tuttavia, un costume integrale, in quanto non lascia scoperta alcuna parte del corpo eccezion fatta per le mani, i piedi ed il viso... Citazione tratta dal sito <http://www.girlpower.it/look/tendenze/burkini.php>.

Persino la sua famiglia accetta questa possibilità: la donna è finalmente libera di nuotare!

Questa donna altrimenti isolata, confinata in casa, in una deformazione maschilista della sua tradizione, della sua religione, può finalmente uscire, incontrare

nuove realtà, capire che un costume occidentale è più comodo. Forse in questo modo troverà la forza di modificare alcune delle peggiori caratteristiche della sua tradizione, se non per lei magari lo farà per la figlia.

Ma se questa donna noi contribuiamo a chiuderla in casa per via del suo costume (indossando il quale non ho capito quale legge violi, dato che il volto si vede) non facciamo altro che aiutare l'oppressione d'un soggetto debole; impedire una concreta possibilità di integrazione che non tradisca l'identità profonda di nessuna cultura, fomentare quel senso di insicurezza che oggi genera tanti guasti nei rapporti personali (e tante soddisfazioni elettorali a qualche partito).

Dunque cosa è meglio? Un burkini nel fiume, nella piscina o una donna chiusa nella sua casa, nella sua duplice oppressione?

Se si vuole che cambi qualcosa nell'Islam più integralista (che non è il vero Islam) bisogna dare alle donne, le prime vittime delle aberrazioni d'un sistema confezionato per i maschi, la possibilità di uscire, confrontarsi, vedere altre realtà in cui trovarsi bene, essere accolte. Io credo che dalle donne e dai giovani (come in Iran) possa partire nell'Islam il lungo cammino verso un sistema sociale e politico democratico, rispettoso dei diritti di tutti.

Compito nostro, che siamo già, se non sbaglio, democrazia, sarebbe aiutare a comprendere le basi profonde, le qualità della nostra cultura, e cogliere anche il buono, il bello delle altre culture in un arricchimento continuo; ma soprattutto uno è il compito imprescindibile (ora piuttosto trascurato): aiutare gli oppressi; cosa che dovrebbe far felice Bossi che ha appena ribadito le radici cristiane della Lega.

Fonte: <http://www.personaedanno.it/cms/data/articoli/015437.aspx> 06.09.2009

PORTUGUÊS

Europa investiga como melhorar a integração de estrangeiros

Conferência em Berlim procura medir eficácia de políticas europeias de integração. Interesse é também da União Europeia, pois estrangeiros podem ser a saída para o envelhecimento da sociedade.

A encarregada do governo federal alemão para questões de integração, Maria Böhmer, convidou, nesta segunda (15/06) e terça-feira em Berlim, representantes dos demais países-membros da União Europeia (UE) para uma "Conferência para Medição da Eficiência da Política de Integração".

Na UE, a integração de imigrantes é basicamente uma questão nacional. E as concepções a respeito variam bastante, de um país-membro para o outro. Apesar das dificuldades, os governos decidiram trabalhar em conjunto e trocar informações, a intervalos regulares. Além disso, alcançou-se um consenso quanto a certos princípios básicos comuns.

Assim, seu objeto são exclusivamente os cidadãos estrangeiros que vivam legalmente num dos países da UE e nele desejem se estabelecer de forma duradoura – dois pré-requisitos essenciais.

Além do mais, a integração é considerada um processo de mão dupla, envolvendo tanto imigrantes quanto a sociedade que os acolhe, cujo sucesso exige, portanto, que ambos os lados se conheçam mutuamente.

Estrada de mão dupla

Entretanto, do ponto de vista da maioria dos governos, o primeiro passo caberia ao imigrante. Por exemplo, o ministro alemão do Interior, Wolfgang Schäuble, declarou durante a conferência em Berlim que "quem não sabe onde vive, nem aonde vai, nem dispõe de um mínimo de conhecimentos do idioma não tem chances reais de viver" numa sociedade estrangeira. Para a UE, a integração deve se expressar em participação econômica, social e democrática.

Após os atentados de 11 de Setembro de 2001, a política europeia de integração sofreu sério retrocesso. Desde então se discute sobre os limites da vontade e da capacidade para se integrar, tanto do lado dos imigrantes quanto da sociedade. Grande parte dos Estados passou a exigir dos novos cidadãos maior compromisso como os valores e leis da UE.

Porém o bloco não admite que o isolamento mútuo seja uma alternativa sustentável, e mantém suas

metas. Os governos dos países europeus procuram estimular o processo integrativo com cursos de línguas e medidas para o mercado de trabalho, assim como com leis antidiscriminação.

Panorama na Alemanha

Segundo Böhmer, anfitriã do encontro em Berlim, nos últimos anos o governo alemão colocou a integração no centro de suas atenções. No entanto, a julgar pelo relatório apresentado alguns dias antes da conferência, a vida dos 15 milhões de imigrantes do país não melhorou significativamente entre 2005 e 2007.

O relatório empregou pela primeira vez um sistema de indicadores para monitorar a integração e incluiu investigações científicas em 14 campos temáticos, entre os quais educação, formação profissional e mercado de trabalho, integração social e cidadania, habitação, saúde, utilização de meios de comunicação e criminalidade.

Os resultados são bastante díspares. Por exemplo, a taxa de desemprego entre os imigrantes é de 20%, portanto o dobro da porcentagem relativa ao total da população. Ruud Koopmans, do Centro de Pesquisas de Ciência Social de Berlim (WZB), ressalta que não se deve "superdramatizar" esse resultado, já que ele não seria muito melhor em outros países europeus.

Para o diretor de pesquisa, as causas do fenômeno são múltiplas: obstáculos linguísticos, dificuldades nos contatos sociais. Mas também pode revelar discriminação no mercado de trabalho, um tema de difícil pesquisa.

Educação: chave decisiva

No tocante à educação, registrou-se certo avanço, já que o número das crianças estrangeiras que interromperam os estudos caiu de 17,5% para 16%. Contudo, continua grande a defasagem em relação às alemãs, entre as quais essa porcentagem é de 6,5%.

Seria necessário elevar-se a velocidade e intensidade das iniciativas integrativas nas escolas, já que a educação é uma chave decisiva para a integração, alertou Böhmer. Isso implicaria

umentar o número de docentes e assistentes sociais e introduzir o horário integral nas instituições de ensino. O que exigiria, naturalmente, mais verbas para o setor.

A verdade por trás dos índices de criminalidade

Böhmer também advertiu sobre a necessidade de lidar de forma "diferenciada e sensível" com as taxas de criminalidade, aparentemente mais elevadas entre estrangeiros. Muitos criminologistas consideram mesmo problemática a comparação entre os delitos de migrantes e alemães.

Assim, as estatísticas incluem frequentes violações das leis de asilo, que, por definição, não dizem respeito aos cidadãos nacionais. Além disso, incluem também atos de estrangeiros que só permaneceram na Alemanha por um breve período.

Um dado positivo do relatório é um acréscimo do nível de cidadania. Migrantes nascidos na Alemanha participam como voluntários em projetos sociais com quase a mesma frequência que alemães natos.

Interesse econômico da EU

Nos últimos anos, a Comissão Europeia também criou uma série de programas de incentivo à integração, por exemplo ao apoiar os projetos mais bem sucedidos e divulgá-los como modelos.

Mario Sepi, presidente da Comitê Econômico e Social Europeu (Cese), define a União Europeia como um grande modelo de integração – nacional, social e econômica. "E se falharmos ao integrar os que vêm até nós, então estaremos traindo nossa mensagem para o mundo."

Apesar do tom idealista, a UE age em seu próprio interesse econômico ao desenvolver uma política de integração. Pois imigração e integração trazem a promessa de uma solução para o problema do envelhecimento da sociedade europeia. (AV/dw - Revisão: Alexandre Schossler)

Fonte: <http://www.dw-world.de/dw/article/0,,4329433,00.html> 15.06.2009

Integração divide brasileiros na Alemanha

Estudo divulgado nesta semana exclui avaliação da integração de latino-americanos na Alemanha. Opiniões de brasileiros são diversas quanto ao seu nível de adaptação à sociedade alemã.

Na Alemanha vivem 15,3 milhões de cidadãos com histórico de migração. Um estudo divulgado pelo Instituto Berlim de População e Desenvolvimento nesta semana traz informações sobre o processo de integração de pessoas de diversas nacionalidades, mas não analisa a comunidade brasileira no país.

Urbano Carvelli, professor da Faculdade de Direito da Universidade de Colônia e diretor do grupo de trabalho da União Democrata Cristã (CDU) sobre Integração na cidade de Bonn, supõe que os latino-americanos ficaram fora da pesquisa por se tratar de um grupo pequeno em relação a outras comunidades. "A questão é que brasileiros e argentinos, em muitos casos, têm dupla cidadania e acabam não aparecendo como estrangeiros", explica o paulistano de 37 anos.

Ele acredita que a integração seria mais fácil para o brasileiro, que já vem de um país de imigração. "Todos os brasileiros, brancos ou negros, são imigrantes no seu território. É normal existirem cidadãos afro, ítalo, espano ou franco-brasileiros. Os índios são os brasileiros nativos", argumenta Carvelli.

Facilidades de adaptação

Os chamados "rótulos positivos" do brasileiro no exterior também valeriam para facilitar a integração. É o que defende a cientista política Helza Lanz, 49, moradora de Euskirchen, nas proximidades de Colônia, no oeste da Alemanha. Ela acredita que, por saírem de um país multiétnico, os brasileiros, em geral, sabem lidar com diferenças culturais.

Lanz diz que nunca se sentiu deslocada dos acontecimentos locais e que tem muitos amigos alemães. "Há um certo jogo de cintura, flexibilidade e maneira carinhosa de conversar que facilita a nossa integração em outros países", conclui. Para ela, a origem religiosa similar (católica) facilita sua vida na Alemanha.

Apesar da percepção positiva, Helza Lanz também reconhece que passa por fatos embaraçosos no cotidiano e o que antes tomava como provocação pessoal aprendeu a ignorar. "Às vezes, no dia-a-dia, é difícil lidar com a caixa do supermercado ou com o homem do correio. Eles têm mais dificuldade de entender o estrangeiro. Mas isso é uma experiência

peçoal", sublinha a baiana, casada com um consultor alemão.

Helza Lanz tem dupla cidadania, mas acredita que nem sempre isso é um fator que favorece a integração. Ela diz que o passaporte alemão propicia um tratamento mais amistoso em repartições públicas, por exemplo. Por outro lado, há circunstâncias delicadas. "Você não sai por aí dizendo que é alemã toda hora. Logicamente, meu tipo físico revela que sou estrangeira", enfatiza.

"É necessário ser duas vezes melhor"

Ela viajou para a Alemanha na década de 1980 para cursar mestrado na Universidade de Frankfurt. Segundo a baiana, para um estudante, a adaptação seria mais fácil porque a universidade oferece uma espécie de "redoma" de proteção para estrangeiros.

Já no cotidiano profissional, por melhor que seja a formação do brasileiro, Lanz acredita que sempre há obstáculos. "É necessário ser duas vezes melhor para ser reconhecido pela metade", ironiza a professora da Universidade de Friburgo, na Suíça.

Conforme o estudo do instituto berlinense, 94% das pessoas com histórico de migração vivem na parte oeste da Alemanha e em Berlim. Apenas 6% residem na ex-República Democrática Alemã (RDA). Uma das cidades de maior população na antiga Alemanha Oriental é Leipzig, com mais de meio milhão de habitantes e a 150 quilômetros Berlim. Lá vive Luiza Cláudia Vasconcelos, de 36 anos.

Morando há sete anos em Leipzig, a paulistana trabalha como mãe-crecheira (Tagesmutter), profissão reconhecida pelo Estado, na qual a

peçoal é paga para cuidar de crianças. Suas duas filhas nasceram na Alemanha e ela confessa ter dificuldades de integração desde a primeira semana no país, quando os amigos do seu ex-marido prepararam uma festa surpresa para recebê-la. O que aparentemente seria uma atitude simpática, para ela, foi constrangedor. "Eu queria ser um mosquito para sair voando dali", lembra em tom de brincadeira.

"Se Deus quiser, eu vou para Berlim"

Luiza diz que negava todos os convites para atividades com alemães por medo de se ver em situações embaraçosas. "Por isso, procurei brasileiros", revela. O tempo passou e, com as sugestões do ex-marido, viu que não teria outra opção. Pensando no seu bem-estar, resolveu fazer cursos de alemão. "Antes, eu ficava com raiva de mim por não falar o idioma, agora fico com raiva por entender alguns absurdos que ouço por aqui", revolta-se.

Com as experiências negativas em Leipzig, a paulistana pretende mudar-se para Berlim. "Talvez eu me sinta melhor lá porque venho de uma cidade grande [São Paulo]", deseja.

Porém, mal sabe Luiza que a pesquisa desbancou Berlim como o bastião da migração na Alemanha. Munique, Frankfurt, Bonn e Düsseldorf teriam desenvolvido, segundo o estudo, o melhor trabalho de integração de imigrantes. (Marcio Pessôa) [TOP](#)

Fonte: <http://www.dw-world.de/dw/article/0,,3982204,00.html> 28.01.2009

Imigrantes idosos formam grupo isolado da cultura americana

FREMONT, Califórnia - Eles se reúnem em um centro comercial chamado The Hub. Idosos imigrantes da Índia, eles tomam goles de chai de garrafas térmicas e falam sobre crimes da cidade vizinha de Oakland, os vôos mais baratos para Déli e como lidar com noras obstinadas.

"Se eu não vier aqui, meus lábios ficam selados, eu não tenho com quem conversar", disse Devendra Singh, viúvo de 79 anos.

Neste país de mocidade dominante, Singh e seus amigos formam o grupo imigrante que cresce com mais rapidez. Desde 1990, o número de pessoas estrangeiras com mais de 65 anos cresceu de 2,7

milhões para 4,3 milhões - ou aproximadamente 11% dos imigrantes recentes.

Muitos são pais de cidadãos americanos naturalizados, que voltaram a se reunir com suas famílias. Ainda assim, especialistas dizem que os idosos imigrantes estão entre as pessoas mais isoladas da América.

Alguns estudos sugerem que depressão e problemas psicológicos são amplamente difundidos entre eles, como resultado das barreiras do idioma, uma falta de conexão social e de valores que às vezes entram em conflito com a cultura dominante, que foi assimilada inclusive por seus filhos.

Ainda assim, suas vidas são em grande parte não rastreáveis, desconhecidas fora das comunidades étnicas ou religiosas. "Eles nunca ganham concursos de soletração. Eles não se unem a gangues criminosas", disse Judith Treas, professora de sociologia da Universidade da Califórnia, Irvine. "E ninguém teme que os americanos irão perder vagas de trabalho para avós coreanas".

Em 2007, de acordo com dados do censo, 16% dos idosos imigrantes viviam abaixo da linha de pobreza, em comparação com 12% dos idosos nativos, disse Steven P. Wallace, diretor associado do Centro de Pesquisa de Política para Saúde da Universidade da Califórnia, Los Angeles. Outros 24% de idosos imigrantes estão "perto da pobreza", ele disse, "sentados à beira de um abismo".

Muitas cidades estão agindo para envolver os idosos imigrantes. Fremont pôs em prática uma unidade de saúde mental móvel para idosos e recrutou voluntários para ajudar os imigrantes

mais velhos a navegarem burocracias dos serviços sociais. Mas seus problemas podem passar despercebidos porque frequentemente os imigrantes não buscam ajuda.

Singh cresceu em uma casa tumultuada com 14 membros familiares. Em Fremont, ele passou a viver com seu filho e se dedicou a seus netos. Então, filho e nora decidiram que "queriam sua privacidade", ele disse. Assim, quando deixa o Hub, Singh dirige até um quarto alugado que ele achou no Craigslist. O quarto poderia ser de um dormitório estudantil, não fosse pelos pacotes de gaze contra artrite empacotadas em caixas de plástico.

"Eles vêm para cá antecipando a união familiar", disse Treas. "Mas a sociedade americana não é organizada de forma a atender suas expectativas culturais."

Fonte:

<http://ultimosegundo.ig.com.br/mundo/2009/08/31/imigrantes-idosos+for+mam+grupo+isolado+da+cultura+americana+8166940.html> 08.31.2009

Portugal: Governo satisfeito com integração dos imigrantes

Ministro Pedro Silva Pereira faz balanço positivo do Plano para a Integração, mas admite problemas na habitação

O Governo faz um balanço positivo do Plano para a Integração dos Imigrantes, mas admite problemas na habitação. De acordo com a agência Lusa, o ministro da Presidência disse esta terça-feira que a «avaliação intercalar» do cumprimento das metas previstas «mostrou um nível muito elevado de execução, na ordem dos 81 por cento».

Pedro Silva Pereira falava no final da reunião que manteve, em Lisboa, com o Conselho Consultivo para os Assuntos da Imigração (COCAI), ao qual apresentou o balanço anual do 2º ano de execução do Plano. Aos jornalistas, o ministro salientou que a taxa de execução mostra que «tem havido ações de política sectoriais em todos os domínios previstos».

Silva Pereira admitiu, porém, que os «problemas estruturais mais complexos», como os da habitação, ainda não foram resolvidos.

«Ainda há muitos desafios. O problema da habitação é referenciado como um problema estrutural complexo e indutor de alguns fenómenos de exclusão», afirmou. Silva Pereira explicou que a resposta está ser procurada através das «políticas de habitação e dentro das intervenções de proximidade desenvolvidas pelas associações».

O Plano para a Integração dos Imigrantes foi formulado em 2005 e aprovado pelo Conselho de Ministros em 2007. O documento, que sistematiza os objectivos do Estado português no acolhimento e integração dos imigrantes, tem um prazo de execução até 2009 e envolve 13 Ministérios. O Plano contempla medidas que se inserem em áreas como o trabalho, o emprego, a formação profissional, a habitação, a saúde, a educação, a solidariedade e a segurança social.

Fonte: <http://www.tvi24.iol.pt/alertas---politica/imigracao-imigrantes-integracao-governo-silva-pereira-tvi24/1077142-3209.html> 21.07.2009

Estudo da UE diz que 44% dos brasileiros em Portugal já sofreu discriminação

Pesquisa avaliou situação de direitos fundamentais nos 27 países do bloco europeu.

De Bruxelas para a BBC Brasil - Um estudo publicado nesta quarta-feira pela Agência de Direitos Fundamentais da União Europeia (FRA, na sigla em inglês) indica que 44% dos 64 mil brasileiros que residem legalmente em Portugal teriam sofrido algum tipo de discriminação nos últimos 12 meses.

Segundo o estudo, esses brasileiros teriam sofrido discriminação ao tentar abrir uma conta bancária, ao buscar trabalho, residência, serviços sociais e de saúde, ou mesmo em bares, restaurantes e lojas.

O estudo indica ainda que 74% dos brasileiros consideram alto o nível de discriminação e racismo em Portugal.

Esses números fazem parte da primeira pesquisa já realizada pela FRA sobre a situação dos direitos fundamentais nos 27 países europeus, baseada em entrevistas realizadas com 23.500 imigrantes e membros de minorias étnicas residentes no bloco. O estudo revela que 12% das pessoas que se incluem em um desses grupos foram vítimas de algum tipo de violência motivada por questões racistas durante os últimos 12 meses, entre elas roubos, ameaças e assédios.

Conforme a FRA, 37% dessas pessoas afirmam ter sido discriminadas de alguma forma nos últimos 12 meses e 55% sentem que a discriminação por motivos raciais está amplamente difundida no país onde vive. O único país no estudo em que são apresentados dados que citam especificamente a discriminação de brasileiros é Portugal.

'Fenômeno persistente'

As conclusões colocaram em alerta a Comissão Europeia, o órgão Executivo da UE. O comissário de Justiça, Jacques Barrot, disse estar "preocupado" com o resultado do estudo, que "mostra que a discriminação, o racismo e a xenofobia continuam sendo um fenômeno persistente na UE" e podem "afetar a integração social de imigrantes e minorias étnicas".

Se em Portugal os brasileiros são a população mais afetada, na Espanha os sul-americanos de forma geral são os que mais reclamam de

discriminação: 58% dos entrevistados dessa origem acha que a prática é comum no país, uma percepção manifestada por 54% dos imigrantes norte-africanos e 43% dos ciganos.

Mas na prática os ciganos são o grupo que mais sofre discriminação em toda a UE. De acordo com a pesquisa, metade dos cerca de 12 milhões de ciganos que vivem no bloco foram vítimas de discriminação nos últimos 12 meses.

Nesse mesmo período, 36% dos imigrantes norte-africanos e 41 % dos subsaarianos afirmam ter sofrido alguma discriminação.

Impunidade

A FRA chama atenção para o fato de que 82% das vítimas declaradas dessas práticas não denunciou a agressão às autoridades locais. "A pesquisa revela o quão elevado é, em realidade, o número de delitos racistas e a discriminação na UE. Os números oficiais são só a ponta do iceberg", afirmou Morten Kjaerum, diretor da agência. "Isso significa que os autores dos delitos continuam impunes, que não se faz justiça às vítimas e que os responsáveis pela formulação de políticas não podem tomar ações apropriadas para evitar que se repitam as infrações", ressalta.

O motivo da omissão em 80% dos casos é a falta de conhecimento a respeito das instituições encarregadas de ajudar vítimas de racismo ou discriminação. Essa foi a razão apresentada por 92% dos brasileiros entrevistados em Portugal. Outros 40% das vítimas considera esse tipo de incidente algo normal, enquanto 64% disseram acreditar que sua denúncia não teria resultados.

A raiz dessa desconfiança, segundo a pesquisa, está na percepção que as vítimas têm do poder público. Entre os entrevistados, 58% dos norte-africanos e 50% dos ciganos disseram acreditar que já foram abordados por agentes de segurança apenas devido a sua origem étnica. BBC Brasil - Todos os direitos reservados. É proibido todo tipo de reprodução sem autorização por escrito da BBC.

Fonte: <http://www.estadao.com.br/noticias/internacional,estudo-da-ue-diz-que-44-dos-brasileiros-em-portugal-ja-sofreu-discriminacao,359170.0.htm> 23.04.2009

Um site para ajudar imigrantes a se integrar na Suíça

Apesar de 21% da população ser de estrangeiros, a Suíça é um dos países europeus que melhor harmoniza suas diferentes nacionalidades. Porém muitos imigrantes reclamam das dificuldades de se integrar por não compreenderem o funcionamento do país.

Agora várias associações de migrantes se unem para lançar na internet um site em onze idiomas. Objetivo: oferecer conselhos práticos, indo da escola à aposentadoria, inclusive em português.

Imigrar não é uma decisão fácil. Mais penoso ainda é descobrir todos os truques e regras da vida cotidiana no país de acolho. A Suíça não é uma exceção, apesar da sua longa experiência em lidar com populações de estrangeiros.

Até o início de 2009, o Departamento Federal de Estatísticas já contava 1.669.700 pessoas sem cidadania helvética vivendo no país dos Alpes, o que corresponde a uma percentagem de 21,7% da população total.

A grande proporção de estrangeiros obriga a administração pública, nos seus vários níveis, a adaptar seus serviços. Formulários e outras informações relevantes são muitas vezes publicados nos idiomas das maiores comunidades estrangeiras nos seus sites.

Porém isso não resolve todos os problemas de integração. "Imigrantes sem bons conhecimentos dos idiomas nacionais não encontram essas páginas", explica Úrsula Dubois, gerente da Sociolution, uma rede suíça de especialistas em questões sociais.

Também o contato direto com as autoridades pode ser problemático. "Muitos imigrantes não se sentem bem acolhidos pelos funcionários, pois não compreendem suas instruções ou não trazem os documentos corretos", acrescenta Dubois. Ela explica que muitos estrangeiros na Suíça preferem, depois das más experiências, se isolar em suas comunidades.

Internet para integrar

Para resolver o problema, a "Web for Migrants" (Internet para Migrantes), uma associação sem fins lucrativos, lançou o site Migraweb.ch, com informações específicas para os migrantes em seu idioma materno. Por enquanto as páginas estão em onze idiomas: alemão, francês, italiano, inglês,

espanhol, português, servo-croata, turco, árabe, albanês e lingala (um popular idioma africano).

Mais tarde elas serão acrescidas de material em outros idiomas. "Língua tâmil, suaíli e wolof estão nos nossos planos", acrescenta a ex-jornalista, atual coordenadora do Migraweb.

O projeto é apoiado por associações de apoio ao estrangeiro como o Fórum para Integração dos Migrantes na Suíça (FIMM, na sigla em francês), Fórum de Estrangeiros de Lausanne (FEEL) e órgãos públicos como o Departamento Federal de Migração e Ministério das Comunicações.

Outra função importante do site é o atendimento individual. "Através de e-mail, os migrantes podem nos enviar questões nos seus idiomas sobre todos os aspectos da vida na Suíça. Nós então iremos respondê-las na medida do possível", declara Emine Sariasalan, presidente da FIMM.

A escolha de um site como veículo para transmitir as informações foi feita com base na nova realidade de vida dos estrangeiros. "A internet é o meio de comunicação mais utilizado pelos migrantes. Atualmente, 60% deles estão permanentemente em linha e 20% acessam diversas vezes por dia", escreve a organização no seu comunicado à imprensa.

120 voluntários

O trabalho prático do site Migraweb.ch é feito por 120 voluntários. "Eles traduzem os textos sobre os diferentes temas tratados por nós como escola, formação profissional, seguros ou habitação", diz Dubois. A coordenadora revela que as traduções para o português são feitas por apenas duas pessoas.

Isso explica o número reduzido de páginas traduzidas no idioma de Camões. "Por isso faço um convite no site para que mais portugueses participem do trabalho", clama Dubois, lembrando que o presidente da Web for Migrants também é um cidadão português: Antônio da Cunha, professor da Universidade de Lausanne.

Além da oferta de informações e links para sites relacionados aos problemas e necessidades dos imigrantes e o serviço de atendimento por e-mail, a plataforma abriga também uma agenda. Nela as diferentes comunidades podem colocar seus anúncios. Os primeiros oferecem cursos de salsa,

tango e até intercâmbio de mães estrangeiras para debater o sistema escolar suíço.

"Nosso principal objetivo é oferecer conteúdo digital suíço a migrantes de todos as origem e fazer o link

deles na internet com o país", define Antônio da Cunha. (Alexander Thoele, swissinfo.ch). [TOP](#)

Fonte:

<http://www.swissinfo.ch/por/capa.html?siteSect=109&ty=st&sid=11136834> 27.08.2009

Jornalista muçulmana punida por usar calças deixa a prisão no Sudão

Sindicato dos jornalistas pagou multa de US\$ 209 imposta pelo tribunal. Condenada por 'indecência', Lubna escapou de levar 40 chicotadas.

A jornalista sudanesa Lubna Ahmed al-Hussein, condenada por "indecência" nesta segunda-feira (7) pelo fato de ter usado calças em público, foi libertada nesta terça-feira (8) depois que o sindicato local dos jornalistas pagou uma multa equivalente a US\$ 209 (cerca de R\$ 385) imposta por um tribunal local. Lubna havia sido presa no dia anterior, logo após o julgamento, por se recusar a pagar a multa.

Ela corria o risco de ser punida com 40 chicotadas, mas escapou da pena. A condenação foi baseada na lei islâmica vigente no país africano.

Vamos continuar lutando", assegurou a jornalista na saída da prisão. "Vamos continuar lutando para mudar esta lei, a polícia de ordem pública e os tribunais da ordem pública", enfatizou ao ser interrogada no pátio do jornal Ajrass al-Hurriya (As

campanhas da liberdade), onde se encontrou com seus partidários.

O caso levantou polêmica mundial em julho, quando Lubna e outras mulheres foram presas em um restaurante da capital sudanesa, Cartum. Algumas delas admitiram imediatamente sua culpa e foram chicoteadas no próprio local, mas outras, inclusive Lubna, preferiram encarar o tribunal.

Em um editorial publicado nesta terça-feira, o jornal "Al-Ray al-Am", ligado ao governo, critica a jovem pela atitude de "politizar" a decisão do tribunal.

Fonte: <http://g1.globo.com/Noticias/Mundo/0,,MUL1295974-5602-00-JORNALISTA+MUCULMANA+PUNIDA+POR+USAR+CALCAS+DEIXA+A+PRISAO+NO+SUDAO.html> 09.08.2009

ENGLISH

The Changing Face of Immigration to America

The Story of the Woman Migrant as Today's Newcomer.

WASHINGTON – Recent statements by President Barack Obama, Senate Majority Leader Harry Reid and House Speaker Nancy Pelosi indicate a strong likelihood that congressional debate on immigration will begin later this year. Concern about immigrants' integration into U.S. culture is a longstanding tension from past debates that will undoubtedly resurface. Fears that immigrants in modern day America are different and lack commitment to assimilate are pervasive and permeate much of the discussion both inside and outside the Beltway.

Yet, often missing from the debate is an understanding of who today's immigrants are and

how they adapt to American culture and see their future in this new homeland.

New public opinion research by New America Media (NAM), a consortium of more than 2,500 ethnic media outlets nationwide, provides valuable insights into today's newcomers and their transformation to new Americans.

The U.S. Census data show that more than half of immigrants to the United States are women. And research by the Pew Hispanic Center finds that most immigrants live in families with children.

NAM interviewed over 1,000 immigrant women from Latin American, Asian, Arab and African countries,

asking in-depth question about their daily lives, their roles in their families, and how their roles have changed since immigrating to the United States. They interviewed both women who arrived relatively recently (less than 10 years) and those who have lived here longer than 20 years. When asked why they chose to come to America in the first place, the women's answers were perhaps not surprising. The majority responded that they came to the United States to join family members already here — 90 percent of respondents live with their husbands and children — or to make a better life for their children.

What some might find surprising is the power of American culture and its influence on the newcomer women. For example, 73 percent of immigrant women consider themselves more assertive in America than they had been in their home countries, and 33 percent of women immigrants consider themselves the head of their household, up from 18 percent in their home countries. Fifty-seven percent of these women also report that many of their responsibilities in the United States are handled by men in their home countries: 82 percent indicated that they share family financial decisions with their husbands or handle them by themselves, and 91 percent indicated a similarly proactive role in family planning.

These findings suggest that American culture, which permits women relative independence and influence in their life direction and that of their families—certainly in comparison to many countries where today's immigrants come from — reaches and transforms America's female newcomers.

The research also provides insights into immigrant women's economic roles. A majority of immigrant women from China, Korea, the Philippines, India, Africa and Arab countries describe their last job in their home country as "professional." The research found however that a substantial percentage of them do not initially find comparable employment in the

United States and instead end up in low skill positions in hotels and restaurants, or as domestic and textile workers. Why would these women leave positions as nurses to become nannies? The answer lies in their motivation for coming to America in the first place — they sacrifice their own status for their families' future. The good news is that they climb quickly back up the economic ladder. Almost all reported success in increasing their income levels—some dramatically more than others, reflecting differences in education levels. This suggests that immigrant women are successfully managing themselves in America's demanding workplaces.

Women will have an enormous impact on their integration process because they drive their families' transformation from newcomer to new American. This is perhaps best understood in their powerful motivation to engage in America's civic life. Over 90 percent of women arriving from Latin America, Vietnam and Arab countries want their families to become citizens. They cite "securing family stability" as the number one reason for pursuing citizenship, followed by wanting to participate in the electoral process.

These findings suggest that as policymakers consider a new course on immigration and immigrant integration, their strongest allies may be the fiercely focused women motivated by their love of family to make America their home.

Angela Kelley, the daughter of immigrant parents, is vice president for Immigration Policy and Advocacy for the Center for American Progress, a think-tank based in Washington, D.C. and the former director of the Immigration Policy Center—the research arm of the American Immigration Law Foundation.

Fonte:

http://news.newamericamedia.org/news/view_article.html?article_id=fc07c21e931b1aef6aa98590601dcbba 14.07.2009

Muslim Americans Still Struggling for Acceptance

By AMY SULLIVAN / WASHINGTON Amy Sullivan
Eight years after the terrorist attacks on 9/11, Muslim Americans - particularly Muslim-American women - continue to face battles in their struggle for acceptance and the right to wear religious garb in public settings. A new poll from the Pew Forum

on Religion and Public Life finds that Americans see Muslims as encountering more discrimination than any other religious group. But while Americans are more likely to be familiar with Islam or personally know a Muslim than they were at the time of the attacks, levels of tolerance are lower

today than they were in the months immediately following Sept. 11. (See pictures of Muslims in America.)

It may be difficult to remember now, but just days after the attacks in New York City and Washington, President George W. Bush went out of his way to remind Americans not to confuse ordinary Muslims with the handful of terrorists who committed the violence. "We should not hold one who is a Muslim responsible for an act of terror," Bush said on Sept. 13, 2001.

The message appeared to sink in. A Pew Forum poll conducted that November found that only 17% of Americans held unfavorable views of Muslim Americans, a decrease from 24% just eight months earlier. The shift was most striking among conservative Republicans - in March 2001, 40% viewed Muslim Americans unfavorably, but by November, that number had plummeted by more than half to 19%. In the wake of the attacks, Americans were also reluctant to say that Islam encourages violence more than other faiths; only one-quarter agreed with that statement in March 2002. But by the time the war in Iraq began one year later, that view had changed dramatically, with 44% of Americans willing to associate Islam with violence.

Today, the broad tolerance that existed in the days following 9/11 has largely evaporated. Nearly 40% of Americans still say they think Islam is more likely to encourage violence, according to a new Pew Forum survey, and only a minority hold favorable views of Muslims (the latest poll does not distinguish between Muslims and Muslim Americans).

Muslim Americans are also increasingly battling to adhere to their religious beliefs in the workplace and other public spaces. In Philadelphia, the police department disciplined an officer for wearing a hijab (a headscarf that covers hair and sometimes the neck), and the move was upheld in court. Legislators in Oklahoma and Minnesota have proposed legislation that would prohibit women from wearing a hijab for drivers-license photos. And in Oregon, the state legislature just affirmed a law prohibiting public school teachers from wearing religious garb.

The law was originally developed in the 1920s as an anti-Catholic measure aimed at priest collars and nun habits, and it was supported by the Ku Klux Klan. Now some Muslim advocates worry that they are being targeted the same way. "Attire is always a red flag," says Ibrahim Hooper,

spokesman for the Council for Islamic-American Relations. "But what we're seeing is the overall trend of a vocal minority in our society trying to block any accommodation to Muslims." (See the top 10 religion stories of 2008.)

At the same time, Muslims have become a more familiar part of American society - nearly half of all Americans claim to personally know someone who is Muslim, compared with just 38% of Americans in November 2001. And that number will probably rise in the future, as familiarity with Islam and Muslims is much more common among younger Americans.

A majority of Americans under age 30 (52%) know a Muslim, but less than one-third (30%) of those over age 65 do. That's significant because researchers have found that knowledge of Islam and Muslims tends to make an individual more inclined to express favorable views of the two. "People who know a Muslim tend to be less likely than others to see a connection between Islam and violence," says Gregory Smith, a senior researcher at the Pew Forum. (See people finding God on YouTube.)

It may well be, however, that an uncomfortable gray area exists between tolerating Muslim Americans and fully integrating them into U.S. society. It's not an accident that several recent cases challenging the right of judges to ask Muslim women to remove their hijab in the courtroom have come out of Michigan, which has the largest Arab population outside of the Middle East. Muslims are visible everywhere in the metro Detroit area, selling magazines in the airport, taking orders at Starbucks and manning tellers at local banks - but the community is still struggling with the question of how far to extend accommodation for their beliefs and practices.

Muslim Americans still enjoy a status less fraught than that of their cousins in Europe, where France is considering banning the wearing of burqas in public and has already outlawed headscarves in schools, and where this summer Muslim women wearing what have been termed "burkinis" were refused entry to pools in France and Italy. But Americans are still divided on whether to embrace the declaration that President Obama made during his speech in Cairo this summer. "Freedom in America is indivisible from the freedom to practice one's religion," said Obama. "That is why the U.S. government has gone to court to protect the right of women and girls to wear the hijab, and to punish those who would deny it."

Fonte: <http://news.yahoo.com/s/time/08599192129800> 09.09.2009

We need policies for integrating Europe's immigrants

By Adrian Michaels

We publish today a large piece pointing out that the huge growth of immigrant populations, including Muslims, in the European Union is very soon going to change what we understand by "European".

This is not sensationalist, and we make no judgment at all about whether immigration is good or bad for the EU. For many people it is an enriching and enhancing phenomenon. It has been held up - erroneously - as an answer to our ageing populations and pension problems.

The point is that everything is going to change quickly - probably far quicker than you realise - and needs a policy response. Immigrants are typically less employed, which increases their difficulties in integrating; they are less employed often because their language skills are an issue; under pressure state schools need therefore more resources to teach languages; ghettos have sprung up as areas of comfort, but they also hamper integration; politicians need to represent their constituents, and

maybe their constituents want Turkey to join the EU, and oppose America and Israel.

There is some debate, of course, and there has been some legislation. But politicians and policymakers have tended to focus on counter-terrorism and asylum seekers. Recent signs are that the radicalisation of Muslim youth has not materialised to the extent feared, which is clearly a good thing.

But where is the attention on the people who have entered legally, have been welcomed, and are multiplying faster than older Europeans? How do we adapt, integrate everyone, and look confidently to the future? Are, in fact, any problems over integration hugely exaggerated? Gradually the debate is starting to gather pace. How do we want Europe to be in 2050?

Fonte: <http://blogs.telegraph.co.uk/news/adrianmichaels/100005936/we-need-policies-for-integrating-europes-immigrants/> 08.08.2009

South Africa: Report shows women migrants continue to live in fear

Romi Sigsworth

It has been just over a year since the few weeks of seeming madness in May 2008, when xenophobic violence broke out across South Africa, shocking the nation and attracting international condemnation. However, migrant women in South Africa consider that period as an example, albeit extreme, of what they experience in their daily lives as foreigners in South Africa. Research recently conducted by the Centre for the Study of Violence and Reconciliation (CSV) on migrant women in Johannesburg, Cape Town and Durban – before, during and after the xenophobic attacks in May 2008 – found migrant women's daily experiences of xenophobia far-reaching.

It has been just over a year since the few weeks of seeming madness in May 2008, when xenophobic violence broke out across South Africa, shocking the nation and attracting international condemnation. However, migrant women in South Africa consider that period as an example, albeit extreme, of what

they experience in their daily lives as foreigners in South Africa.

Research recently conducted by the Centre for the Study of Violence and Reconciliation (CSV) on migrant women in Johannesburg, Cape Town and Durban – before, during and after the xenophobic attacks in May 2008 – found migrant women's daily experiences of xenophobia far-reaching. While both men and women experience some forms of xenophobia - such as lack of housing, healthcare and unemployment, as well as discrimination at the hands of the police and the Department of Home Affairs – some manifestations of xenophobia are particularly gendered.

Foreign migrant women are often more visible, and therefore more vulnerable to exploitation and xenophobia, through various "markers of difference" that set them apart from South Africans, including language, accents, traditional clothing, and cultural practices.

Perhaps most disturbing was the reaction of nurses in a local hospital to a migrant woman giving birth and on whom female circumcision had been performed. The nurses called their colleagues to come over and look at the woman's genitalia, all the while asking, while the woman was in labour, "What is wrong with this lady? What happened to her?" The migrant woman became a spectacle; her anatomical differences, rather than her welfare, had the attention of the nurses, exacerbating the woman's discomfort and humiliating her in the process.

The CSVr study found that many foreign women become silent as a measure of safety, choosing not to speak in public for fear of identification as foreign. Migrant women also often have a particular style of dressing that is culturally important to them, which they change as a survival strategy. As one woman explained, "We change our behaviour just to be like the people we live together with here. Because we thought if we continue to dress the same way we did in our country, the people will segregate us."

As society generally considers women traditional bearers of culture, identity and belonging becomes a distinctly gendered problem for women migrants. Migrant women express a great need to preserve their identity after losing so much through their displacement. However, holding onto their "distinguishing" identity impedes their integration into their new communities.

In many cases, the inability to return home (because of ongoing conflict, violence or political oppression) coupled with the inability to fully and successfully integrate locally means that migrant women feel caught between two systems, unable to fully belong to or identify with either of them.

A sense of safety or insecurity often follows one's sense of identity and belonging; migrant women in this study spoke of their continual fear, and consequent loss of freedom, in South Africa. Some felt that the only way for them to keep safe was to stay at home, thereby avoiding any interaction with South Africans.

A woman migrant's relationship with her family also renders her experience of displacement very different to a man's. Women migrants often face long periods of separation from loved ones, for reasons of family support, security, practicality and even education, resulting in an intense sense of loss.

The impact of xenophobia on children is a primary concern for mothers. Many women cite examples of xenophobic threats or attacks on their children. Mothers felt unable to protect their children from the

fear and trauma of these attacks, making them feel derelict in their duties as mothers and powerless to save their children from harm.

Moreover, children noticed the attitudes and attacks directed at their parents and families, and felt the weight and threat of this discrimination. One respondent told CSVr of coming home during the xenophobic attacks in May, greeted by her son with the words, "Mummy you are not dead."

Women migrants also tend to carry the burden of caring for their families, which, as illustrated above, entails not only economic support, but also psychological and emotional support. The weight of economic responsibility is immense, especially in a context where migrant women struggle to find work amidst widespread discriminatory attitudes and practices.

The power imbalances inherent in any male-female relationship are worse in situations where women are more vulnerable; in this case, migrant women are particularly vulnerable to abuse, not only from South African men, but also from their own husbands. The migrant women in this study explained that in their home countries, cultural laws, families and the community can protect women.

Migrant women often start working and have their own money for the first time. Their husbands can find this situation unfamiliar and threatening, which can result in domestic violence and/or separation. There is little community or family protection for migrant women in South Africa and, because of the inaccessibility of the police, there is no system to report violence against them, making them vulnerable to ongoing intimate partner violence.

As well, many migrant women felt sexually preyed upon by South African men, who exploited their vulnerability as foreign women in an unfamiliar context, often in risky employment, without recourse to the law, and without community support and protection.

Migrant women are, however, surprisingly resilient, clearly evident in their efforts to earn an honest living, educate their children, and provide for their families. Many relatively well-educated migrant women had worked as car-guards in order to make ends meet; some using these earnings for further education or to start their own business.

In addition, migrant women employ a variety of coping mechanisms to make life bearable in South Africa. These included belonging to religious groups, as well as family and friends, and support groups accessed through migrant organisations.

Their resilience in the face of such hardship and within such an unforgiving context pays tribute to the strength and perseverance of migrant women in South Africa, despite all the odds.

* Romi Sigsworth is a Senior Researcher with the Gender-Based Violence Programme of the Centre for the Study of Violence and Reconciliation.

Fonte: <http://www.pambazuka.org/en/category/wgender/56761>
05.05.2009

Asia: Religious freedom, an instrument for progress and stability

by Bernardo Cervellera

Attacks on religious freedom and violence against Christians embrace nearly all Asian countries. Western governments prefer to criticize some of the violations - such as those committed by Muslims - but are silent on the attacks against Christians in Vietnam or China. A preview of the August-September editorial from AsiaNews monthly magazine.

Rome (AsiaNews) - Late August marked one year since the anti-Christian pogrom in Orissa led by Hindu fundamentalists left hundreds dead and created tens of thousands of refugees. Commemorating the anniversary of that violence, the Church in India launched moments of prayer, vigils and cultural encounters in defence of the freedom of Christians and to urge India to return to being the multi-religious and multi-cultural nation it once was.

Yet the violence is far from over: not long ago we reported the sad news of the death of Fr James Mukalel, a priest from Karnataka, who was killed and stripped naked while returning from celebrating Mass. And we have documented the deadly episode in Gojra (Punjab, Pakistan), where an angry mob of over 3 thousand Muslims attacked a Christian area of the village. At least 8 people - including 4 women and a child of 7 years - were burned alive and 20 others were injured. More than 50 Christian homes were burned and destroyed and thousands of faithful forced to flee to escape summary executions at the hands of young extremists incited by political parties and mullahs. Meanwhile, still in Pakistan, in the districts of North-West Frontier Province (near Afghanistan) the violence of the Taliban and the imposition of Sharia have led to the forced exodus of non-Muslim minorities, Christians included.

If we look at all of Asia, we see that this immense continent is among the most affected by the lack of religious freedom and the first victims are often Christians.

Currently, out of 52 Asian nations, at least 32 to some degree restrict the mission of Christians: the Islamic nations (from the Middle East to Pakistan, Indonesia, Malaysia) make it difficult for those who

want to convert, India and Sri Lanka are leaning more and more towards the introduction of anti-conversion laws and the countries of Central Asia - excluding perhaps Kazakhstan - limit religious freedom; Communist nations (China, Laos, Vietnam, North Korea) suffocate or even persecute the Church. Often, religious discrimination does not transmute into open war against religion, but it remains a phenomenon that permeates society, emerging from time to time in the cruellest of manners. One of the most recent cases is that of Vietnam in past weeks where priests and faithful of the diocese of Vinh (central Vietnam) have suffered violence and arrests. A priest was even thrown off the second floor of a building just because he and the faithful are opposed to the seizure of a church, whose land the government wants to use to make a holiday village (privately) owned by members of the Communist Party.

With great punctuality, Pope Benedict XVI has chosen religious freedom for his missionary prayer intention for the month of August: "So that the human rights, equality and religious freedom of those Christians who are discriminated against and persecuted in many countries because of the name of Christ are recognised and so they may live and practice their faith freely".

This appeal by the Pope urges prayer and solidarity among Christians. The same cannot be said of Western governments and societies. One has the impression that religious freedom is a topic for debate only if it can be exploited for "internal purposes". For example, Islamic persecution of Christians is sharply emphasised (exploited perhaps to emphasise anti-immigration politics), but silence surrounds the suffering caused Christians by the economic and political hegemony of the Communist

Party in Vietnam or China. In reality, greater clemency is afforded those economic partners from whom we hope to profit.

The realisation that freedom of religion - and in particular for Christians - serves the economic development of nations of which they are part, has yet to be grasped. Christians are reconcilers of social conflicts and, at the same time, catalysers of human transformation beneficial to the economy, far more effective than compromises with some

dictatorship or oligarchy. The stability of a society is born of respect for religious freedom, rather than armies and police control. The Pope reaffirmed this with great emphasis in his latest encyclical *Caritas in Veritate* which many politicians claim to have read, but only to immediately cast it aside.

Fonte:

<http://www.asianews.it/index.php?l=en&art=16159&geo=&theme=&size=>
A 27.08.2009

EU: Integration Policies Should Respect Rights

EU Ministers Should Reject Discriminatory Rules and Confirm Right to Family Life

The European Union should ensure that measures aimed at integrating migrants also respect their human rights, Human Rights Watch said today. EU integration ministers will meet in Vichy, France, on November 3 and 4, 2008 to discuss common approaches to integration in Europe.

The integration of migrants has moved up the European political agenda in recent years, with a number of EU states introducing language and other tests as a condition for residence or citizenship. Some of the tests raise human rights concerns, notably about discriminatory application and restrictions on the right to family life.

"The whole idea of European integration is to tie migrants more closely into society, but that will only happen if they feel that their basic rights are respected," said Haleh Chahrokh, researcher on Western Europe at Human Rights Watch. "Vichy is an opportunity for the ministers to put rights at the center of integration policy."

The importance of integration was highlighted in the recent EU immigration and asylum pact, adopted at an EU summit meeting on October 16. The pact stresses the need to treat migrants fairly and promote their integration into society, with a particular emphasis on measures promoting language acquisition and access to employment. It also calls on the member states to combat any forms of discrimination to which migrants may be exposed. An October 2008 report from the European Commission on the family reunification directive affirmed that integration measures must respect human rights.

Giving newcomers the opportunity to acquire a basic command of the language and some idea of the society they are joining may be in their interest,

as well as that of society, Human Rights Watch said. But measures that unnecessarily restrict family migration and discriminate between foreign migrants on the basis of nationality violate international human rights law. They are also likely to be counterproductive, sending a message that certain groups are not welcome or enjoy fewer rights.

EU ministers should acknowledge that human rights abuses suffered by migrants impede efforts to assist them in integrating, Human Rights Watch said. As the European Commission's report to the Vichy conference points out: "Migrants face a higher risk of poverty than the rest of the population and specific obstacles in accessing housing, health care and financial services. This situation, compounded by discrimination, is hampering their full participation in society and should soon be reversed."

Among EU states, the Netherlands has been at the forefront in developing integration tests as a condition of entry and residence. Since March 2006, the country has required family migrants from Turkey, Morocco and other "non-Western" countries to pass an integration test before they are allowed to enter. Family migrants from "Western" countries are exempt from the test. The United Kingdom, Germany, Denmark, and France have all adopted or are contemplating the adoption of similar restrictive measures.

A recent Human Rights Watch briefing paper, "Discrimination in the Name of Integration: Migrants' Rights Under the Integration Abroad Act," concluded that the test and related financial measures violate the Netherlands' international human rights obligations, discriminating by

nationality and national origin, restricting family reunification, and undermining the right to family life and the duty to enable residents to marry and start a family. The policy is currently the subject of a government review.

"The experience of the Netherlands underscores the importance of an EU integration approach

based on rights," said Chahrokh. "Integration policies based on discrimination run the risk of alienating migrants instead of promoting their integration."

Fonte: <http://www.hrw.org/en/news/2008/10/31/eu-integration-policies-should-respect-rights> 31.10.2009

Netherlands: Discrimination in the Name of Integration

Overseas Integration Test Infringes on Rights of Migrants

The Netherlands should abolish the overseas "integration test" that discriminatorily targets only migrants of certain nationalities trying to join their families, while citizens from other, "western" countries are exempt, Human Rights Watch said in a briefing paper released today. People of Moroccan and Turkish origin – two of the three largest "non-western" migrant communities in the Netherlands – have been especially affected.

In the 44-page briefing paper, "Discrimination in the Name of Integration, Migrants' Rights Under the Integration Abroad Act," Human Rights Watch offers an analysis of the Dutch overseas integration test in light of the Netherlands' international human rights obligations. Human Rights Watch found that people of Moroccan and Turkish origin are especially affected, while citizens from "western" countries such as Canada, Australia, and Japan are exempt.

"The overseas integration test is discriminatory because it explicitly applies only to relatives from predominantly 'non-western countries,'" said Holly Cartner, Europe and Central Asia director at Human Rights Watch. "These measures keep families apart and appear to be aimed at keeping certain kinds of people out of the Netherlands."

Over the past several years, the Netherlands has introduced a series of measures with the stated aim of better integrating its migrant population. Besides an exam that is taken by migrants in the Netherlands, another measure is the integration test under the Integration Abroad Act. In force since March 2006, the act requires certain would-be family migrants to pass the test in their country of origin before they can join spouses or family members in the Netherlands.

Under this integration test, applicants must demonstrate basic knowledge of the Dutch language and basic concepts of Dutch society

before they enter the Netherlands. The test is administered in Dutch by telephone to the applicant sitting at a computer at the Dutch embassy or consulate in the applicant's home country. If the candidate fails the telephone test, the person will have to take the exam again and pay the examination fee of €350 each time the test is taken. Recently, the government decided to make the overseas integration test tougher by raising the pass mark.

The impact of the test, coupled with increased financial requirements applicable to all migrants, has fallen primarily on those wanting to join family members from two of the three largest "non-western" migrant communities in the Netherlands – Moroccans and Turks. There has been a significant reduction in the number of applications for family reunification and formation since the introduction of the test, and applications from Turkey and Morocco in particular have fallen significantly.

Exempted from the test are citizens from the European Union (EU), the European Economic Area (EEA), Switzerland, Australia, Canada, Japan, New Zealand, South Korea, and the US.

"It sends the message that certain groups are not welcome," said Cartner. "And it risks alienating these communities instead of facilitating their integration."

While international human rights law does not prohibit states from differentiating between citizens and non-citizens in immigration policies, states cannot discriminate on the basis of nationality or ethnicity (aside from a narrow exception for EU citizens) even in this sphere. Dutch authorities would need extremely powerful reasons to justify the clear difference in treatment between different nationalities in the application of this test.

The briefing paper concludes that the legitimate objective to better integrate all migrants cannot be met by a test that only some migrants trying to join their families are required to take, and from which others are exempted simply because of their nationality. A general exemption for persons from a number of countries is contrary to the alleged aim of the Integration Abroad Act, namely that all migrants should have a basic level of integration before arrival and that the test helps the ongoing integration once the person is in the Netherlands. The paper shows that no sufficient evidence has been put forward to adequately explain why for nationals of some countries, the integration program in the Netherlands is deemed sufficient for integration, and no overseas test is required.

The main argument put forward to explain this distinction in treatment is that the countries exempt from the test are similar to the Netherlands in their socio-economic and political development. The government has argued that exempting western countries would not lead to unwanted immigration and problems with integration in Dutch society. This suggests that reducing immigration, especially from certain

countries, and not just achieving integration, was actually a main reason for the legislation.

“No strong evidence has been given to show that the level of a country’s development is a reliable indicator of the capacity or willingness of a potential immigrant to integrate,” said Cartner.

The test and financial burden, which restrict family reunification, undermine the right to family life and Netherland’s obligation to give all residents the right to marry and start a family.

There is an increasing tendency by other EU member states to follow the Dutch approach on compulsory integration measures in the country of origin.

“The Netherlands is a leading model for other EU states on integration issues,” said Cartner.

“Developing an effective approach to integration, that does not discriminate on the basis of nationality and is fully consistent with international human rights law, would also serve as a positive example for other European states.”

Fonte: http://www.google.com.br/search?sourceid=navclient&hl=pt-BR&ie=UTF-8&rlz=1T4GZHZ_pt-BRBR245BR245&q=The+Netherlands%3a+Discrimination+in+the+Name+of+Integration 15.05.2008

ESPAÑOL

La compleja integración en un mundo global

Por Víctor Corcoba Herrero

Lo fácil que es pedir, de palabra que no de hechos, solidaridad con los migrantes y lo complejo que resulta, sin embargo, la integración en un mundo global. ¿Qué está fallando, pues? Casi siempre faltan esas condiciones favorables básicas, de protección auténtica, de apoyo incondicional y de compromiso real, que supondría alcanzado este aval defensor, la superación de las numerosas formas de marginación. Se dice, se comenta en todos los foros, se pregon a todos los aires, que es preciso y justo tomar conciencia de la necesidad de armonizar las políticas económicas con las sociales. Hablar por hablar. Se siguen buscando resultados exclusivamente económicos y las políticas sociales se quedan en migajas o no pasan de ser un guión novelístico, totalmente irrealista e insostenible. He aquí una realidad

bastante común, que ha saltado recientemente a la prensa. Hace unos días, Cáritas española destapaba la hambruna en un campamento de inmigrantes en la zona de Huelva. La asociación humanitaria tuvo que atender a un grupo de 24 malíes que llevaba varios días sin alimentarse. El colectivo estaba tirado en colchones y con calambres. Podríamos seguir ofreciendo más penurias.

Carencias que viven algunas personas mientras otras despilfarran y derrochan, inclusive las instituciones. Creo que se han licuado los valores éticos y la corrupción es un mar bravío que nos degenera. Todavía el derecho de todo ser humano a una integración en el mundo del trabajo, en condiciones de igualdad, brilla por su ausencia. Los trepas, legión en las sociedades opulentas, no conocen otra música que ¡triunfar,

triunfar, triunfar, caiga quien caiga! Les importa un pimiento la soledad de los inmigrantes que no tienen nada ni a nadie.

Va siendo hora de que todos los gobiernos del mundo propicien políticas migratorias reales que fomenten la unidad familiar mediante su reagrupación e intensifiquen en común la lucha contra el negocio de la inmigración irregular, pero no contra la inmigrante en si, que también es un víctima de esas mafias que les utilizan. Por supuesto, las naciones deben superar valoraciones interesadas y mercantilistas; dando paso a una visión migratoria como derecho y posibilidad de desarrollo humano de la persona migrante, a la que tenemos que auxiliar y debemos respetar, sobremanera su identidad cultural.

En cualquier caso, si hay algo que hemos de respaldar, o cuando menos favorecer con nuestras actitudes, es la cultura de la acogida. Para empezar, debiera estar presente en todos los planes escolares, superada la prueba del rechazo, la integración social sería coser y cantar. Debemos ver a los inmigrantes con los ojos humanitarios, son personas ante todo y por todo, más allá de unos meros documentos. La hospitalidad no entiende de papeles o sin papeles, sólo de corazón. Cuidado con criminalizar el cobijo. No olvidemos que toda persona tiene derecho a salir de cualquier país, incluso del propio, y que, en caso de persecución, se tiene derecho a buscar asilo y disfrutar de él en cualquier país.

Por desgracia, cuando muere un migrante no pasa nada y son muchos los que mueren atravesando fronteras y frentes, echando la vida por la boca. ¿Quiénes somos nosotros para quitarles el aire? Prefiero una nación hospitalaria siempre, antes que una nación que amedrenta con sanciones, porque es una nación con alma, lo que favorece la integración social, tan necesaria en los tiempos actuales.

Es inútil intentar eliminar el fenómeno migratorio con leyes más o menos restrictivas, la cuestión pasa por concentrar los esfuerzos en proteger la dignidad humana en todos los países. Defiendo una sociedad que acoja a los seres humanos por lo que son, ciudadanos del mundo, que reconozca la contribución positiva del inmigrante a la sociedad de acogida, a través de su cultura y

de sus talentos, esa interacción comprensiva hará germinar, más pronto que tarde, una sana integración social donde todo el mundo sea respetado.

Debe promoverse la integración social, no sólo aceptando la diversidad de boquilla, sino promoviendo programas de acercamiento efectivo y afectivo, asegurando igualdad de oportunidades de promoción en el mercado laboral. Estoy totalmente de acuerdo en que se apliquen políticas transparentes de lucha contra la inmigración clandestina y la trata de seres humanos, contra el trabajo indecente que desarrollan miles de inmigrantes como medio de subsistencia.

Ahora bien, los flujos migratorios se convierten en un problema cuando la descoordinación entre países es manifiesta como lo ha sido hasta ahora, cuando la falta de transparencia normativa y la insolidaridad se impone sobre el diálogo. Hay que meter en costura, con la sabiduría hogareña, que la migración; en vez de un laberinto de luchas, es un horizonte de luz para el mundo y una oportunidad para construir juntos un mundo mejor, más fraterno y solidario.

Sin duda alguna, el éxito de la integración en un mundo global va a depender muy mucho de la gestión de las migraciones por parte de los gobiernos de los Estados. Resulta concluyente que los diversos países muestren una sintonía de abrigo humano hacia los inmigrantes, no se les vea como meras cifras. Desde luego, poco futuro tiene un país o una cultura que se cierra, o peor, que combate a las culturas que le llegan desde fuera como si no formasen parte de su propia familia, la humana.

Por otra parte, la situación precaria de tantos extranjeros debería favorecer la solidaridad entre las naciones implicadas y la reflexión de sus gobiernos, para contribuir al desarrollo de los países de origen de los inmigrantes. Para cambiar actitudes, subrayo, que será vital que desde las escuelas se avive un clima de respeto recíproco a la diversidad, sobre la base de los principios y valores universales que son comunes a todas las culturas.

Fonte: http://cronicasdlanzarote.com/article.php3?id_article=24439
08.10.2009

Más de un tercio de los inmigrantes en Chile se siente discriminado

Un estudio del ministerio del Interior reveló que los inmigrantes que viven en el país son discriminados por los empleados del comercio y otros servicios privados.

El 35,2 por ciento de los migrantes en Chile -uno de cada tres- son discriminados, especialmente por los empleados del comercio y otros servicios privados, así como por vecinos y funcionarios públicos, de acuerdo a un estudio del Ministerio del Interior. El informe analiza las dificultades para la integración de los inmigrantes latinoamericanos, que representan más de la mitad de los extranjeros en el país.

En Chile viven más de 200 mil inmigrantes y, según el Censo de 2002, su crecimiento en los últimos años ha sido de 75 por ciento. La mayoría de los inmigrantes son peruanos, bolivianos y ecuatorianos, detalla el informe oficial.

El Ministerio del Interior encuestó a más de 800 latinoamericanos que viven en Chile y el 37,2 por ciento mencionó como causas para abandonar sus países "las dificultades económicas, la falta de trabajo, la reunificación familiar y problemas familiares".

Respecto de la situación laboral, el 65,4 por ciento tiene contrato, con 500 dólares de ingreso prome-

dio. El 34 por ciento de los migrantes son mujeres que se desempeñan en el servicio doméstico.

El 49 por ciento tiene cobertura de salud mientras el 50 por ciento está afiliado al Fondo nacional de Salud. El 99,4 por cientos de los hijos de inmigrantes asiste a colegios, siendo de 11 años la escolaridad promedio. El 42,9 por ciento arrienda piezas para vivir; el 32,20 son arrendatarios de casas; el 9,90 vive de allegado; el 14,7 vive en condiciones de hacinamiento y sólo el 7% tiene vivienda propia.

Del total de encuestados, el 34,60 por ciento ha sido víctima de un delito y el 35,2 aseguró haber sido discriminado. Tras este estudio, el Gobierno decidió crear un Consejo de Política Migratoria, que será presidido por el Subsecretario del Interior y reunirá a ministerios como Educación, Vivienda y Trabajo, para generar medidas que apunten a una mayor integración de los extranjeros.

Fonte: <http://www.cajpe.org.pe/gep/index.php/noticias/noticias-migrantes/140-mas-de-un-tercio-de-los-inmigrantes-en-chile-se-siente-discriminado> 09.03.2009

Rechazan escuelas a menores migrantes

Por carecer de acta de nacimiento mexicana, miles de niños migrantes son rechazados en escuelas públicas de distintas entidades del país, lo que afectará su reinserción en el sistema educativo nacional, según informes de la Comisión de Población, Fronteras y Asuntos Migratorios de la Cámara de Diputados.

"Hay denuncias de al menos 2 mil padres de familia de estados como Michoacán, San Luis Potosí, Guanajuato, Oaxaca, Querétaro e incluso del Distrito Federal, que luego de haber retornado hace algunos meses de Estados Unidos, ahora existe el impedimento por parte de autoridades escolares del país para inscribir a sus hijos en escuelas públicas", informó el secretario de dicha comisión, Edmundo Ramírez Martínez.

El diputado federal del Partido Revolucionario Institucional explicó que esos infantes tienen la

nacionalidad estadounidense y ahora enfrentan el rechazo y discriminación al negarles su ingreso a escuelas mexicanas de educación preescolar, primaria y secundaria, "a quienes se les niega la inscripción a estos niños de origen y padres mexicanos, por no contar con una acta nacional", señaló el legislador.

Recordó que como consecuencia de la crisis en Estados Unidos, miles de familias han retornado de forma temporal o permanente a México y ahora enfrentan el dilema de tramitar el acta mexicana, con el riesgo de no obtenerla por ser extemporánea o simplemente no querer tramitarla por el temor de que sus hijos pierdan sus derechos como ciudadanos estadounidenses.

"Hay una total desinformación sobre el tema de la doble nacionalidad y falta un acuerdo entre la Secretaría de Educación Pública y el Registro Civil

para dotar de actas o facilitar la inscripción a miles de niños migrantes que retornaron a México”, agregó Edmundo Ramírez Martínez.

Expuso que estos niños que nacieron en Estados Unidos y han retornado a México “son prácticamente inexistentes para el sistema

educativo y de salud, que los rechaza porque no pueden acreditar su nacionalidad mexicana”, concluyó.

Fonte:
08.17.2009

<http://www.eluniversal.com.mx/nacion/170688.html>

España no 'engancha' a los hijos de inmigrantes

Sólo un tercio se considera español y el 73% prefiere residir en otro país cuando alcance la mayoría de edad

MANU MEDIAVILLA - COLPISA.MADRID

España no ha logrado todavía cautivar a los hijos e hijas de inmigrantes: solamente el 30,5% se considera español, y apenas al 27% le gustaría quedarse a vivir aquí al alcanzar la mayoría de edad; el 25% prefiere Norteamérica y el 16% Europa Occidental. Su percepción más positiva, aunque parcialmente lastrada por la violencia que perturba los estudios, se refiere al sistema de enseñanza. Y la más preocupante tiene que ver con sus bajas expectativas educativas y laborales, que recortan sus ya modestas aspiraciones y pueden alimentar la misma frustración que ha hecho estallar conflictos en países como Francia y el Reino Unido.

La ventaja de España es que este perfil es muy provisional –son datos preliminares de una investigación sobre la llamada “segunda generación” de inmigrantes que continuará con nuevas encuestas a los mismos protagonistas para comprobar su evolución—, lo que permite identificar los desafíos de la integración en nuestra sociedad y planear posibles soluciones. De hecho, este “estudio longitudinal” lleva la firma de dos Universidades estadounidenses, Princeton y Clemson, que aportan su conocimiento de la amplia experiencia migratoria de ese país, y de la madrileña Pontificia Comillas, cuyo Instituto de Estudios sobre Migraciones es ya una referencia nacional en este ámbito.

Además, la muestra de 6.500 estudiantes de Madrid y Barcelona (los datos iniciales corresponden a 3.375 de 125 colegios del área metropolitana capitalina) es ya estadísticamente significativa, lo que permite sacar algunas conclusiones. La primera, que aún es pronto para hablar de segunda generación en sentido estricto, porque los chavales nacidos en España de padre o madre extranjeros apenas representan el 13% en

la investigación. Sería más apropiado referirse a “generación 1,5”, como se denomina a los llegados con menos de 12 años, que suponen el 87% y llevan aquí seis años en promedio. La edad media del conjunto ronda los 14, y en el 67% de los casos vive la familia completa; otro 26% lo hace solamente con la madre. El hogar sigue pautas típicas, con 3,5 personas sin contar a los padres, de las que 2,3 son hermanos.

Brecha

Para el coautor del estudio Alejandro Portes, del Centro de Migraciones y Desarrollo de la Universidad de Princeton, los más llamativo son las “modestas aspiraciones educacionales” de los hijos de inmigrantes en España. El 53% que desearía conseguir un título universitario queda muy lejos del casi 80% que se registra en Estados Unidos, donde también predomina la inmigración latinoamericana, que supone el 70% de la muestra. “Aspirar es una condición necesaria para llegar”, remarca el experto, que subraya además la enorme brecha con las expectativas, ya que no alcanzan el 33% quienes confían en lograr realmente la citada titulación superior. Un 20%, pues, renuncia de entrada a su sueño universitario.

Las aspiraciones y expectativas del alumnado son menores en los colegios públicos que en los concertados, aunque parecen estar influidas especialmente por el “capital humano” de los progenitores, cuya mejor formación –y más aún en el caso de la madre— suele traducirse en mayor “empuje” educativo a sus hijos. Y lo mismo sugieren los datos sobre los “sueños” laborales: el “qué quisieras ser de mayor” se traduce en la enseñanza concertada en un 47,5% de deseos de ocupaciones de alto nivel, frente al 37,6% en la escuela pública, mientras ésta saca más

porcentajes en los niveles profesionales medio y bajo.

Pero el relativo conformismo general, precisa Portes, no anula las posibilidades de integración social de esa "generación 1,5". En primer lugar, porque las hijas e hijos de inmigrantes pueden discrepar de que España sea el mejor lugar del mundo para vivir (apenas el 23,5% lo cree, frente al 76,5% que no), pero tienen claro que una persona

negra tiene tantas oportunidades de avanzar con una blanca (79,5%). Y ni siquiera sienten excesiva discriminación o rechazo: el 57% no los ha percibido nunca, y solamente el 5% denuncia que "muchas veces".

Fonte: <http://www.elcorreodigital.com/vizcaya/20090303/pvasco-espana/espana-engancha-hijos-inmigrantes-20090303.html>
02.03.2009

Los japoneses latinos se sienten discriminados

La crisis golpea duro a los miles de inmigrantes suramericanos de origen nipón

Por: ANDREA RODÉS

"Se habla español". El pequeño cartel escrito a mano pasa casi desapercibido en el silencioso barrio de casitas bajas que se extiende al norte de la estación de tren de Kawasaki, conocida como una de las capitales tecnológicas de Japón. Pero por los zapatos que se acumulan en la entrada y las fotografías de manifestaciones callejeras enganchadas a la puerta, el local alberga mucha vida.

Aquí están las oficinas del Sindicato de Trabajadores de Kanagawa, la prefectura industrial del sur de Tokio, con ciudades como Yokohama y Kawasaki, que cada año atiende a centenares de inmigrantes latinoamericanos de ascendencia japonesa llegados para trabajar en las fábricas de componentes de grandes empresas de la zona, como Toshiba, Canon o Nissan.

"Muchos acuden a nosotros porque no han cobrado indemnización por despido o trabajan sin seguro en caso de accidentes laborales", explica Sakurai, veterano del sindicato, en un español con marcado acento argentino. Sakurai, hijo de una familia de emigrantes japoneses en Buenos Aires, llegó a Japón hace 25 años para trabajar en una fábrica de componentes electrónicos para automóvil cerca de Kawasaki, aprovechando el boom de la economía japonesa y la relajación de las leyes de inmigración.

En 1990, el Gobierno japonés legalizó el estatus de los trabajadores "invitados" de origen japonés, los nikkeijin, provocando la oleada de inmigrantes de Latinoamérica, en especial de Brasil y Perú, los países con mayor comunidad de origen nipón. En el siglo XIX hubo una emigración japonesa sustancial a Suramérica.

Hoy viven en el archipiélago oriental cerca de 70.000 peruanos y más de 300.000 brasileños. Sin embargo, la mayoría siguen siendo víctimas de una grave discriminación social y laboral por su escaso dominio del idioma y las dificultades de integrarse en la cerrada sociedad nipona, que les ve como "extranjeros con rostro japonés".

Cerca de 70.000 peruanos y 300.000 brasileños viven hoy en Japón

Sakurai recuerda la primera vez que acudió al sindicato. Fue hace 11 años. La empresa para la que trabajaba decidió jubilarlo anticipadamente sin pagarle indemnización o subsidio alguno. Tenía 58 años y en la fábrica había muchos japoneses por encima de la edad de jubilación. "Fue un caso de clara discriminación", dice.

Tras acudir al sindicato, fundado en los años setenta para atender a los inmigrantes coreanos, Sakurai fue reinsertado en la empresa con "plenos derechos", asegura. A pesar de su aspecto asiático y los esfuerzos por aprender el idioma durante estos años, Sakurai aún habla japonés con acento.

La situación de los trabajadores temporales latinoamericanos ha empeorado con la crisis, con cierres y despidos masivos llevados a cabo por decenas de proveedores de las grandes empresas del sector electrónico y automovilístico. La presión por recortar costes aceleró la proliferación de contratos ilegales, sin seguridad social, remuneración de horas extras o subsidios al desempleo en caso de despido. La situación ha explotado con la crisis: "Un periodo bravo, bravo", dice Sakurai.

Tokio indemniza a los inmigrantes que quieran volver a su país de origen

Los despidos ilegales en masa han dejado a muchos inmigrantes sin ningún tipo de ingreso y con problemas de vivienda tras perder el permiso de trabajo y el apartamento que les proveía la empresa. En un intento por solucionar la situación, el Gobierno japonés se comprometió a pagar entre 3.000 y 4.000 euros a aquellos extranjeros que decidieron regresar a su país bajo la condición de no volver a Japón. Según estimaciones del Banco Central de Japón, no más de 30.000 personas aceptaron la propuesta. "¡Cómo la van a aceptar, si sólo sirve para pagar el pasaje de avión!", exclama Satoshi Murayama, fundador del sindicato, en cuya sede reina un caos absoluto de papeles y archivos.

Japón, con un grave problema de envejecimiento de la población, tampoco puede permitirse una

fuga de inmigrantes aunque sólo representen un 1,7% de la población total del país. Según la ONU, Japón necesitará 17 millones de inmigrantes en 2050 para mantener la producción y compensar la disminución de un tercio de su población.

"Espero que el nuevo Gobierno socialdemócrata mejore los derechos de los inmigrantes", dice Murayama. Su imagen de samurai, con una cinta en la cabeza y pelo canoso recogido en una coleta, aparece en las fotografías de las manifestaciones organizadas por el sindicato en los últimos años. "En Japón hemos descubierto que las protestas sindicales pueden ser pacíficas", concluye Sakurai.

Fonte: <http://m.publico.es/250381> 09.09.2009

Más jóvenes marroquíes, educadas en Catalunya, rompen con los dictados tradicionales de su país

"Madres e hijas ya forman un tándem contra el padre, que siempre se enroca"

Escribía el filósofo Ramin Jahanbegloo en su Elogio de la diversidad (Arcadia) que sin diálogo la diversidad es inalcanzable y sin respeto por la diversidad "el diálogo es inútil". Pero ¿qué ocurre cuando el diálogo falta en el seno de la propia familia? En una familia marroquí, por ejemplo, ¿qué ocurre cuando Amina crece?

La mayor parte de las ciudadanas de origen marroquí empadronadas en Catalunya actualmente son niñas de entre 0 y 4 años. Inmediatamente después de esta última oleada, la franja más numerosa es la que incluye mujeres entre los 25 y los 29 años (10.626, según los datos del Institut Català d'Estadística) seguida por la de 20 a 24 años. ¿Qué ha cambiado estos dos últimos decenios? ¿Qué les espera a las mujeres de estas dos generaciones?

Amina, cualquiera de las Aminas que podamos imaginar, es una joven marroquí que ha crecido en Catalunya. Aquí ha sido educada, a la occidental, en la escuela, en el barrio. Pero al llegar a la adolescencia, parte de su familia quiere que siga las costumbres más arcaicas que han regido en su comunidad durante siglos. A saber: desde la posibilidad de un matrimonio de conveniencia hasta los imperativos estéticos, pasando por la prohibición de elegir según qué trabajo o la obligación de regresar a su país.

Amina, nuestra Amina, Nadia o Fátima, se niega y ahí empieza la quiebra familiar. Una quiebra que, según sociólogos, sólo podrá sanar dentro de varias generaciones.

La oficina en Barcelona de la Asociación de Trabajadores Inmigrantes Marroquíes en España (Atime) considera que "eso ha cambiado algo en los últimos años, pero aún existen pugnas y desencuentros entre padres e hijos". Ihsan, que trabaja allí, nos presenta a Meriem el Marji, una chica de 22 años. Meriem nació en el Sáhara Occidental, en Smara. Su padre trabajaba en el ejército y ella llegó a Catalunya con apenas 12 años.

Al principio, en la escuela fue durísimo: "El racismo que puede encontrarse una niña en un aula, a esa edad, resulta cruel. En una ocasión quisieron quitarle a mi hermana el pañuelo que llevamos en la cabeza y quemárselo, le decían que era calva y por eso lo llevaba, la rociaron con pintura de la cabeza a los pies". Al día siguiente decidí ir sin pañuelo a clase. Meriem cursó ESO y Administración y Finanzas. Trabajó un tiempo en el Ayuntamiento de Sant Andreu de la Barca, donde vive, y tiene pensado preparar oposiciones.

Pero hace apenas un año Meriem volvió a colocarse el velo. Dice sentirse madura para

defenderse de situaciones como las que se ha encontrado: "Al estrenar un puesto de trabajo en más de una ocasión me han exigido que me quitara el pañuelo. O me echaban. Decían que mi imagen representaba a la empresa".

La antropóloga Marta Casas Castañé, de la Universitat de Barcelona, es autora de un estudio sobre Identidades de segundas generaciones de inmigrantes. "La identidad no es una cosa innata, ni única, sino que se va forjando a lo largo de nuestra vida –explica Casas– con nuestras experiencias y nuestros aprendizajes". Estos jóvenes, pues, cargan con una identidad móvil –¿qué soy y qué quiero ser?, ¿de dónde vengo y adónde quiero ir?– y muchas de sus acciones son el resultado de adaptar la nueva sociedad en la que viven a las antiguas tradiciones de las que proceden.

Para la antropóloga, que coordinó el programa de la asociación sociocultural Ibn Batuta, resulta evidente que nuestra identidad individual no está formada por una sola pertenencia: "No somos sólo catalanes, o mujeres, o de clase media, sino todo a la vez. Eso nos lleva a hablar no de una identidad única, sino de varias identidades que cada uno de nosotros tenemos y que articulamos en función de cada momento". Cuando un adolescente se enfrenta a esas distintas identidades es cuando estalla el conflicto con sus mayores.

Meriem piensa casarse con quien quiera. Al margen de la opinión de sus padres. "Ciertamente, en la cultura marroquí se montan bodas convenidas desde que una niña tiene, a lo mejor, 10 años. Conozco varios casos así. Aunque a ella le guste otro chico, el padre le dice: "Ni hablar, tú te casas con tu primo". Pero yo ya no voy a pasar por eso. Mis padres han entendido que quien vivirá con esa persona seré yo, luego yo debo elegir". Insiste en que, cuantos más años lleva una chica marroquí en Catalunya, mejor, porque significa que también esos años han hecho mella cultural en sus padres. "A más tiempo aquí, más entienden". Le preocupan más las miradas xenófobas que las premisas familiares. "Porque contra las miradas de quien te prejuzga no puedes hacer nada. Con la familia ya sabes cómo batallar".

Pero no siempre es así. Meriem conoce casos de chicas que se han alejado de sus familias. "Al final decides por ti misma en todo: es tu ropa, tu religión y tu marido". Cree que va a acabar viviendo con un musulmán, "mis amigas que han formado parejas mixtas siempre han empezado

de maravilla pero, pasada la luna de miel, se acabó: la religión los separa. No sale bien".

Teresa Losada, presidenta de Bayt al Thaqafa, lleva 35 años trabajando en cuestiones de inmigración. Cree que habrá un cambio en un par de generaciones. "Hasta que la mayoría de emigrantes haya pasado por la universidad no podremos hablar de integración. Sólo de acomodación, de adaptación".

Losada señala un fenómeno nuevo: la alianza entre madres e hijas. "Antes la chica se quejaba, la madre callaba y el padre decidía. En los últimos años estoy viendo algo distinto: madres e hijas marroquíes se alían, forman un tándem de complicidad, contra la rigurosa figura del padre, que siempre es quien se enroca, se encierra en su tradición. Para él cualquier cambio a la modernidad es de vértigo. Aliadas madres e hijas, ya no veo matrimonios forzados. Ya no son las chicas frágiles de antes y no se casan a los 16, se casan a los 25".

Insiste en que no sólo las adolescentes han cambiado de perspectiva. "Los padres también cambian viviendo entre nosotros. Saben que si aspiran a la ascensión social deberán modificar conductas, o de lo contrario deberán volver a su tierra". Actualmente, el principal desencuentro entre esas jóvenes y sus padres "no es el novio que se echen, sino que quieran estudiar en la universidad mientras los padres las instan a trabajar".

La escritora Najat el Hachmi afirma que los padres también están cambiando. "He visto padres que aceptaban cosas que hace quince años habrían vivido como una gran tragedia, como que su hija tenga una pareja de aquí". Los divorcios han aumentado, insiste, cuando el matrimonio es forzado, "por eso es una práctica que no se lleva a cabo ni en Marruecos, pero los padres siempre te instan a que busques un chico de allí, desesperados por conseguir que dirijas tu mirada hacia tu origen. Tienen miedo, saben que la sociedad de acogida nunca verá a sus hijos como iguales".

También destaca El Hachmi que si la práctica de los matrimonios convenidos ha resucitado en los últimos años "es por la inmigración. Chicos y chicas tienen por objetivo traer más familiares de allí. Pero a menudo esta fórmula también acaba saliendo mal: después de obtener los papeles, el buen chico de allí acaba abandonando a la chica".

Sentada aquí, en una plaza del Poble Sec, Meriem sigue encajando las miradas curiosas de quien pasa, directas a su velo celeste. "Siempre ocurre lo mismo. Juzgan injustamente, sin darte la oportunidad de que te conozcan. A veces vas a preguntar una dirección y, en cuanto notan que vas hacia ellos, desaparecen. Para algunos

seguimos siendo unos moros con los que no quieren sentarse en el vagón del metro".

Fonte:

<http://www.lavanguardia.es/ciudadanos/noticias/20090725/53751907800/mas-jovenes-marroquies-educadas-en-catalunya-rompen-con-los-dictados-tradicionales-de-su-pais-barcel.html> 25.07.2009

El desafío de la integración de los inmigrantes musulmanes

España, EEUU y Reino Unido estudian la adaptación de las comunidades musulmanas a sus sociedades
Autor: Xavier Reyes Matheus - Fuente: Gaceta

Una reciente encuesta de Gallup reconoce que los musulmanes norteamericanos, la comunidad religiosa extranjera más joven y con mayor diversidad étnica del país, se esfuerzan por hacerse un sitio seguro en la sociedad americana y por desempeñar un papel activo en su vida pública.

Así, por ejemplo, el estudio revela que los musulmanes se encuentran entre los grupos religiosos con más alto nivel educativo en Estados Unidos, sólo superados por los judíos. Un hallazgo notable ha sido el comprobar que un 43% de las musulmanas estadounidenses han alcanzado un título universitario de grado o de posgrado, frente a un 29% del total de mujeres norteamericanas. Tampoco parecen estar en desventaja laboral respecto de los hombres. En general, el colectivo registra buenas tasas de empleo, con un 30% dedicado a trabajos profesionales y un 25% trabajando por cuenta propia.

Los americanos que profesan el Islam colaboran en sus comunidades tanto como cualquier otro estadounidense, y son ligeramente más generosos en las obras de caridad. Mientras el 80% considera importante la religión, la asistencia semanal a servicios religiosos (41%) no les caracteriza tanto como a otros grupos.

Más insatisfechos

Al mismo tiempo, los musulmanes muestran menos disposición a reconocer su prosperidad. La *joie de vivre*, podría decirse, no es su fuerte, pues se sienten más insatisfechos con la vida en su comunidad y comparten con los judíos una mayor tendencia a preocuparse y a sufrir estrés respecto de otros americanos.

Dalia Mogahed, directora ejecutiva del Centro Gallup para los Estudios Musulmanes, ha afirmado que los años transcurridos desde el 11-S han

marcado especialmente a los jóvenes musulmanes de 18 a 29 años. Esta franja de edad es proporcionalmente más importante entre los musulmanes (36%) que entre los protestantes (9%), los católicos (17%), los mormones (23%) y los judíos (16%) de Estados Unidos.

También son los jóvenes musulmanes los menos preocupados por inscribirse en el registro electoral, especialmente si se trata de inmigrantes, que parecen tomarse un tiempo de socialización política antes de sentirse listos para participar. Por otra parte, la diversificación de los musulmanes a lo largo del abanico político parece mayor que la de otros grupos, y mientras un 38% se considera moderado, un 29% se declara liberal y un 25% se tiene por conservador. De hecho, y a pesar del conservadurismo con el que suele relacionarseles, los musulmanes americanos son el grupo más dispuesto, después de los judíos, a declararse liberales.

El 79% de esta población votó a Barack Obama: un porcentaje más alto que el de cualquier otro grupo religioso. Su condición de hijo de inmigrantes y la esperanza de que propicie políticas de entendimiento con el mundo árabe convirtieron a Obama en el candidato predilecto de los musulmanes.

Desde el punto de vista racial, la comunidad musulmana es la más diversa entre todas las comunidades religiosas de Norteamérica: un 35% de afroamericanos, un 28% de blancos, un 18% de asiáticos y un 1% de hispanos. El resto de los grupos religiosos analizados por la encuesta está constituido por blancos en un porcentaje que va del 76% al 93%.

El caso de Gran Bretaña

Un artículo publicado hace poco por The Economist (28-02-2009) pinta un panorama en Gran Bretaña sin duda menos alentador que el obtenido por Gallup en Estados Unidos. El texto critica el retroceso que ha supuesto la forma en que el gobierno de Gordon Brown ha manejado las relaciones hábilmente tejidas por Tony Blair con el Consejo Musulmán de Gran Bretaña, un órgano en el que estaban representados los intereses de la Confraternidad Musulmana y de los islamistas de Pakistán. La incorporación de este Consejo como interlocutor y aliado contra el extremismo fue una herramienta con la que el ex primer ministro quiso ganar para su causa a la comunidad islámica del país, especialmente tras los atentados de Londres de 2005.

Aunque con altibajos, la política de Blair logró maniobrar eficazmente estos temas, y fue capaz de contrarrestar el disgusto causado por su actuación internacional con concesiones a algunas demandas del colectivo islámico. Así, por ejemplo, el derecho a establecer escuelas con programas de estudios propios y apenas relacionados con el que cursan los demás niños del país.

Pero el modo en que desde 2006 el gobierno ha reducido la participación del Consejo Musulmán ha acentuado, según The Economist, las divergencias con la población islámica, que registra un rápido crecimiento por el que ha pasado de 1,6 millones en 2001 a 2,4 millones en la actualidad. Políticamente, la cuestión musulmana ha pasado también sus facturas a Gordon Brown: criticado por el centro-derecha por su extrema blandura con los grupos radicales, la izquierda le culpa de usar la lucha contra el terrorismo como pretexto para atropellar la cultura y los derechos de los musulmanes.

Para el gobierno, la resolución de las desigualdades que sufren los musulmanes respecto del resto de la población y la lucha contra el terrorismo son un mismo problema, pues asume que hay más posibilidades de que los terroristas procedan de grupos pobres, frustrados y segregados. Sin embargo, quienes ponen el acento en las necesidades del colectivo musulmán (muy rezagado en calificación profesional, empleo e ingresos) creen que el acento puesto en la lucha contra el terrorismo puede estigmatizar a todos los musulmanes y hacer más difícil la cohesión.

Pero lo cierto es que el 75% del trabajo de los servicios británicos de seguridad se emplea en la lucha contra el terrorismo. Frente a estas reticencias, los sectores moderados del islam británico sienten que, en general, la sociedad no es

capaz de hacerse de ellos una imagen ajena al terrorismo.

Menos recelo en España

Un estudio elaborado el año pasado por orden de los ministerios de Justicia, Interior y Trabajo españoles ha revelado que el 31% de los inmigrantes musulmanes que habitan en España considera que en el país existe “rechazo o recelo social” ante su religión. Con este dato se registra un incremento del 3% respecto de los que expresaban en 2007 la misma opinión. Sin embargo, el autor del estudio, Manuel Tohavia, señala que aún no es posible hablar de una tendencia.

El informe, a partir de 2.000 encuestas a musulmanes de Marruecos, Senegal, Pakistán y Argelia, afirma que el 17% del colectivo (un 5% más que en 2007) manifiesta que hay “obstáculos” en España para practicar su religión, especialmente por la falta de mezquitas o por la dificultad para “encajar la oración en el ritmo social”. No obstante, el texto concluye que “son siempre más los inmigrantes musulmanes que perciben la existencia de recelo respecto de su religión en el mundo o en Europa que los que la perciben en España”.

Valorados en una escala de 0 a 10, los musulmanes en España se encontrarían en un grado de religiosidad de 7,7 puntos. Un dato que, referido a las prácticas, quiere decir que el 60 por ciento de ellos va al menos una vez por semana a la mezquita, el mismo porcentaje de quienes reconocen “guiarse en su vida cotidiana por los consejos y/o orientaciones que reciben allí”.

El estudio ha establecido una comparación entre el grado de religiosidad de los musulmanes que actualmente habitan España con el de los españoles de 1976, cuando el 48% de la población se definía como “católico muy practicante” (en 2008 suponían el 22%), habida cuenta de que hoy en día un 49% de musulmanes se tienen por “muy practicantes”.

Los problemas de Al Yazira en EEUU

La imagen de los musulmanes en Occidente ha ocupado recientemente titulares, especialmente a raíz de la suerte que la cadena de televisión Al Yazira ha corrido en su intento de penetrar en el mercado norteamericano. El canal ha recalado que esta entrada ha debido luchar contra lo que llama “percepciones erróneas” sobre la cadena, pues se la acusa de apoyar a Al Qaeda y a su líder

Osama bin Laden, de ser antisemita y antiestadounidense, de exhibir decapitaciones y de tener una agenda antioccidental.

“No tenemos cuernos. Osama bin Laden no tiene un programa semanal de entrevistas”, ha aclarado Tony Burman, director ejecutivo de Al Yazira en inglés y ex editor jefe de la Canadian Broadcasting Corp.

La percepción que en Estados Unidos se tiene del canal puede deducirse de un hecho concreto: las protestas que protagonizaron grupos locales de motociclistas cuando en 2008 el ex capitán del cuerpo de marines Josh Rushing, actualmente reportero de Al Yazira, fue con un equipo de televisión a cubrir la convención demócrata en Colorado.

Fonte: <http://www.webislam.com/?idt=12607> 01.04.2009

Prossimi numeri della Rassegna MIGRAZIONI NELL'ATTUALITÀ:

- Novembre 2009 – Migrazioni forzate: profughi / sfollati
- Marzo 2010 – Migrazioni e violenza
- Giugno 2010 – Economia e migrazioni: lavoro / *brain drain*

Próximos números da Resenha MIGRAÇÕES NA ATUALIDADE:

- Novembro 2009 – Migrações forçadas: prófugos / deslocados
- Março 2010 – Migrações e violência
- Junho 2010 – Economia e migrações: trabalho / fuga de cérebros

Next up dates our MIGRATION REVIEW:

- November 2009 – Forced Migration: Refugee
- March 2010 – Migration and violence
- June 2010 – Economy and migrations: work / brain drain

Próximos números de la Reseña MIGRACIONES EN LA ACTUALIDAD:

- Noviembre 2009 – Migraciones forzadas: prófugos / desplazados
- Marzo 2010 – Migraciones y violencia
- Junio 2010 – Economía y Migraciones: trabajo / fuga de cerebros

Títulos da Resenha Migrações na Atualidade

1. BRASIGUAIOS
2. EMIGRAR - Opção ou necessidade
3. OS EXPULSOS DA TERRA
4. MIGRAÇÕES E TRABALHO
5. LEIS E MIGRAÇÃO
6. MIGRAÇÕES NORDESTINAS
7. JOVENS MIGRANTES
8. MIGRAÇÕES INTERNAS: Aspectos vários
9. DESEMPREGO
10. VÍTIMAS DO RACISMO
11. MORADIA: Direito de todos
12. FAVELAS: Migração da dignidade humana
13. FOME E MISÉRIA
14. LATINO - AMERICANOS EM MIGRAÇÃO
15. A FAMÍLIA
16. TRABALHO ESCRAVO
17. SOS: Pequenos sem lar
18. REFUGIADOS
19. EXCLUÍDOS - Um clamor à justiça e a solidariedade
20. MULHER MIGRANTE - Solidariedade e acolhida
21. SEM – TERRAS
22. DIREITOS HUMANOS - Violação e defesa
23. TERRA E MIGRAÇÃO
24. MIGRANTES EM SITUAÇÃO IRREGULAR
25. CRIANÇAS, ADOLESCENTES E TRABALHO
26. CF /97 E AS MIGRAÇÕES
27. MIGRANTES E AS RELAÇÕES DE TRABALHO
28. VIOLÊNCIA CONTRA MIGRANTES.
29. PELA DIGNIDADE DO MIGRANTE
30. DESEMPREGO EM ALTA
31. EDUCAR É PRECISO
32. SECA AUMENTA O VAIVÉM DE MIGRANTES
33. ANISTIA A ESTRANGEIROS EM SITUAÇÃO ILEGAL
34. SEM TRABALHO ... por quê?
35. DESAFIOS DA MIGRAÇÃO frente ao novo milênio
36. O MIGRANTE É VÍTIMA !...
37. REFUGIADOS: desafio à solidariedade
38. DIGNIDADE HUMANA E PAZ - CF/2000
39. XENOFOBIA
40. TRÁFICO HUMANO - a escravidão moderna
41. CRIANÇAS E ADOLESCENTES na armadilha da globalização
42. DROGAS, uma ameaça à VIDA.
43. MULHERES: Protagonistas ou excluídas?
44. MIGRANTES e Conflitos armados
45. RETRATO SOCIAL dos MIGRANTES.
46. POVOS INDÍGENAS, resgate de uma civilização.
47. ALIMENTAÇÃO é um direito humano. Por que tanta fome?
48. IMIGRANTE: rejeitado, mas indispensável!
49. ÁGUA: fonte de segurança alimentar.
50. PESSOAS IDOSAS: dignidade e esperança.
51. A MERCANTILIZAÇÃO DO SER HUMANO
52. EMIGRAÇÃO: As lutas de brasileiros e brasileiras no exterior.
53. DISCRIMINAÇÕES: o ser humano ferido.
54. MIGRAÇÕES INTERNACIONAIS: rumos e desafios.
55. MIGRAÇÕES: culturas e integração.
56. REFUGIADOS: novos desafios na conjuntura atual.
57. TRÁFICO DE SERES HUMANOS: negação da dignidade.
58. MIGRAÇÕES: leis insuficientes e políticas migratórias discriminatórias.
59. MIGRAÇÕES E DESENVOLVIMENTO.
60. XENOFOBIA: o migrante como ameaça. Por quê?
61. RELIGIÕES: força e fragilidade dos migrantes
62. MIGRAÇÕES INTERNACIONAIS: novos fluxos e políticas seletivas
63. POBREZA produz migração. Migração contrasta a pobreza?
64. CAMINHOS E DESCAMINHOS DA INTEGRAÇÃO
65. POVOS EM FUGA: os/as deslocados/as
66. CRIMINALIZAÇÃO DOS MIGRANTES E VIOLÊNCIA NO CONTEXTO MIGRATÓRIO: desafios
67. MIGRAÇÕES E TRABALHO: valorizar a contribuição e erradicar a exploração
68. MIGRAÇÕES E CULTURA: como superar a discriminação?
69. MIGRAÇÕES E REFÚGIO: a ambigüidade das estratégias de proteção
70. LEIS E POLÍTICAS MIGRATÓRIAS: direito a ter direitos:
71. MIGRAÇÕES E DESENVOLVIMENTO: qual o papel das remessas?
72. O PAPEL PROFÉTICO DAS RELIGIÕES junto aos migrantes
73. TRÁFICO DE PESSOAS: quais são as estratégias de combate?
74. CIDADE: lugar de encontro ou exclusão?
75. SER MIGRANTE EM TEMPOS DE CRISE
76. ENTRE ASSIMILAÇÃO E INTEGRAÇÃO